

**UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



ELIZABETE MOREIRA DIAS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, NO MUNICÍPIO DE BRUMADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA
PRÁXIS DOCENTES.**

**Asunción - Paraguay
2015**

ELIZABETE MOREIRA DIAS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, NO MUNICÍPIO DE BRUMADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA
PRÁXIS DOCENTE.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Postgrado da Universidad Evangélica
delParaguay - UEP, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciências
da Educação.

Orientador: Dr. Carlos Ibañez Morino

**Asunción - Paraguay
2015**

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, NO MUNICÍPIO DE BRUMADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA
PRÁXIS DOCENTE**

ELIZABETE MOREIRA DIAS

COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Dr. Carlos IbañezMorino

ORIENTADOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Dionisio S. Ortiz Mutti

UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY

Prof. Dr. Genaro Ruiz Dias Benitez

UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY

Prof. Dr. EstebanMissena Del Castillo

UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY

Asunción - Paraguay
2015

DEDICATÓRIA

À Maria de Lourdes, minha amiga,
conselheira e revisora, por toda a
paciência, amizade e incomensurável
contribuição.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai de infinita bondade, onipresente e onisciente que nos dá uma força incomensurável e nos faz ressurgir das cinzas como a Fênix.

Aos professores do CEEP que me concederam a entrevista, com muita boa vontade.

A minha cunhada Renata que me deixou usar o seu computador, inúmeras vezes, quando o meu, com seus caprichos, resolvia não ligar.

Em especial a Lourival, Lurdinha e Júnior pela paciência, carinho, contribuição e pelos lanches deliciosos nas tardes de sábado e domingo.

Terra! Das tuas
Entranhas, foi gerado o homem que
Rebela contra ti.
Resgatai, ó homens
A consciência aniquilada e perversa,
Movida pela ambição.
A “terra mãe” tem
Esperanças de tua conscientização!

(DIAS, Elizabete Moreira)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a Educação Ambiental na esfera escolar, Investigando ações curriculares desenvolvidas no âmbito do Centro Estadual de Educação Profissional-CEEP, no município de Brumado, Bahia. O estudo em questão traz um panorama histórico da Educação Ambiental, reflete acerca da Educação Ambiental estar intrinsecamente ligada a construção da Cidadania e também busca investigar se a EA faz parte do cotidiano escolar do referido colégio. Além disso, a investigação ainda discorre sobre as concepções, estratégias e metodologias que a instituição de ensino pesquisada utiliza ou não para viabilizar os seus projetos sobre o tema. Este trabalho está respaldado nos mais renomados autores que abordam Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Foram utilizadas na pesquisa entrevistas semiestruturadas como fontes de estudo para fazer uma análise mais aprofundada da *práxis* educativa, no que tange a Educação Ambiental, o grau de importância e entendimento que os educadores têm sobre a EA, além de fazer uma abordagem acerca da metodologia de projetos, transversalidade e a interdisciplinaridade.

PALAVRAS –CHAVE: Educação Ambiental- Cidadania – interdisciplinaridade – consciência ambiental – transversalidade - Pedagogia de Projetos

RESUMEN

Este trabajo tiene como objeto de estudio de educación ambiental en el ámbito escolar, la investigación de las actividades desarrolladas en el marco del plan de estudios del Centro Estatal de Educación Profesional-CEEP, en la ciudad de Brumado, Bahia. El estudio en cuestión ofrece una visión histórica de la Educación Ambiental, reflexiona sobre Educación Ambiental se intrínsecamente ligada a la construcción de la ciudadanía y también investiga si EA es parte de la vida cotidiana escolar de esa escuela. Por otra parte, la investigación también analiza los conceptos, estrategias y metodologías que investigaron el uso institución educativa o no permitan a sus proyectos sobre el tema. Este trabajo está apoyado en los autores más reconocidos que se ocupan de la educación ambiental y las Directrices Curriculares Nacionales. Se utilizaron en la investigación entrevistas semiestructuradas como fuentes de estudio para hacer un análisis más a fondo de la práctica educativa, con respecto a la educación ambiental, el grado de importancia y el entendimiento de que los educadores tienen acerca de la EA, además de un enfoque sobre la metodología de proyectos, la transversalidad y la interdisciplinariedad.

Palabras - clave: educación para la ciudadanía en el medio ambiente - interdisciplinariedad - transversalidad conciencia ambiental - Proyecto de Pedagogía

LISTA DE SIGLAS

AE - Educação Ambiental

BA - Bahia

COMAR- Comércio de Materiais Recicláveis

CEEP- Centro Estadual de Educação Profissional

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU - Organização das Nações Unidas

PROSUB- Profissionalizante subsequente

PROEJA- programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE Plano de Desenvolvimento Escolar

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPP Projeto Político Pedagógico

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovem e Adulto

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

UEE- Unidade Escolar Estadual

UNESCO *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*

(Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I:A Educação Ambiental no Curso da História.....	13
1.1 Breve Históricos da Educação Ambiental.....	13
1.2 Educação Ambientais no Brasil.....	16
CAPÍTULO II:Educação Ambiental e Cidadania.....	19
2.1 A Educação Ambiental nas Escolas.....	19
2.2 O Professor e a Educação Ambiental	21
2.3 PCNse e a Transversalidade Na Educação Ambiental.....	22
2.4 Projetos Pedagógicos Aplicados nas Escolas.....	24
2.5 Mídia e Educação Ambiental.....	26
2.6 Educação Ambiental e Cidadania.....	27
CAPÍTULO III:Metodologia	28
3.1 Local da Pesquisa.....	28
3.1.1 Organização Institucional e Perfil Identitário.....	28
3.1.2 Missão.....	29
3.1.3 Meta.....	29
3.1.4 Visão.....	30
3.1.5 Valores.....	30
3.1.6 Objetivos da Instituição	30
3.1.7 Breve Histórico da Instituição.....	31
3.1.8 Cursos e modalidades ofertadas à comunidade.....	32
3.2 Tipo de Pesquisa.....	33
3.3 Sujeitos da Pesquisa.....	34
3.4 Coleta, Apresentação e Discussão dos dados.....	34
Considerações Finais.....	59
Referências Bibliográficas.....	63
Apêndices	67

Introdução

O presente estudo é resultado de uma pesquisa que objetiva analisar o desenvolvimento da Educação Ambiental no Centro Estadual de Educação Profissional-CEEP, no município de Brumado - BA.

O desenvolvimento da temática ambiental nas escolas surge como uma possibilidade para mudanças de posturas, valores e comportamentos. A implantação da educação ambiental no âmbito escolar, contemplando os mais diferentes níveis de ensino, integrando os mais variados conteúdos do currículo escolar e em todas as disciplinas, é a via mais eficaz para a sensibilização das crianças e dos jovens a despeito da necessidade de preservação dos recursos naturais. Assim sendo, contribuir-se-á para minimizar a destruição ambiental do planeta, apesar do estágio avançado de degradação ambiental promovido pela humanidade.

A metodologia que foi utilizada para a realização deste trabalho se constituiu de uma entrevista semiestruturada com professores que lecionam no referido Centro. A análise dos dados tem o objetivo de detectar como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada no colégio supracitado.

Este estudo encontra-se dividido em três capítulos: o primeiro, intitulado **A Educação Ambiental no Curso da História** traz um breve histórico da EA no Brasil e no mundo, passando por todos os grandes eventos que foram de suma importância para as discussões e reflexões a respeito dos problemas ambientais no mundo, bem como os caminhos para se buscar possíveis soluções para sanar ou minimizar os danos causados por essa sociedade capitalista ao Meio Ambiente.

O segundo capítulo trata da **Educação Ambiental e Cidadania** reflete acerca das instituições de ensino enquanto espaço de desenvolvimento intelectual e de valores, responsáveis pela formação de cidadãos éticos e conscientes do seu papel socioambiental ante um mundo em transformação.

Outro aspecto relevante abordado é a formação do professor em Educação Ambiental e a importância dos PCNs para respaldar a *práxis* educacional. Também menciona a importância dos projetos de EA nas escolas direcionando um trabalho interdisciplinar que promova a eficácia das atividades desenvolvidas e garantam um aprendizado significativo.

Além disso, promove uma reflexão sobre as faces da mídia na Educação Ambiental, discorre sobre o quanto é importante que a EA seja promovida com o objetivo também de garantir, de fato, a cidadania plena.

Por fim, o terceiro capítulo trata-se exclusivamente da análise dos dados fornecidos pelos professores na pesquisa de campo realizada no Centro de Educação Profissional em Gestão e Meio Ambiente, em Brumado – Bahia.

A análise das respostas dadas pelos professores do referido colégio é embasada nos mais renomados filósofos da educação, estudiosos da temática ambiental, além dos PCNs.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma reflexão acerca da *práxis* educacional por parte dos docentes, além de promover uma sensibilização da comunidade escolar para a importância da EA. E mais amiúde, cutucar o governo sobre a necessidade de um maior investimento na estrutura educacional do país, bem como da urgente necessidade da promoção de cursos de capacitação para professores. Além disso, fornece às escolas subsídios para que possam repensar seus planejamentos e também a execução de projetos envolvendo toda a comunidade local para que a EA seja trabalhada de forma interdisciplinar e contínua, não apenas em projetos pontuais.

Capítulo I

1. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DA HISTÓRIA

1.1 Breve Histórico da Educação Ambiental

A preocupação com o meio ambiente não é de agora, mas no final do século XIX, restringia-se a um pequeno número de espiritualistas e naturalistas, dentre eles o inglês Darwin Bates e o dinamarquês Warning (Dias,2000). Já o termo “ecologia” – estudo das relações dos seres e destes com o meio - passa a ser usado em 1869, proposto pelo biólogo Ernest Haeckel, mas o termo “estudo ambiental” começa a ser usado a partir de 1945, por alguns profissionais (Lago, 1988).

No entanto, é o escocês Patrick Geddes é considerado o pai da Educação Ambiental por já demonstrar uma preocupação com os efeitos do processo de industrialização, urbanização e crescimento econômico, na qualidade ambiental, nas diversas partes do planeta.

Quando em 1952, acontece a 1ª grande catástrofe ambiental, em Londres, provocada pelo condensamento do ar poluído, matando 1600 pessoas, desencadeou uma série de discussões em vários países, fomentando o surgimento do ambientalismo, nos Estados Unidos, em 1960.

Em 1962 a jornalista americana Rachel Carson lança o livro “Primavera Silenciosa” – clássico na história do movimento ambientalista mundial. Conforme salienta Andrade:

O livro considerado um clássico do movimento ambientalista, promoveu uma discussão na comunidade internacional pela forma contundente como denunciava a diminuição da qualidade de vida devido ao uso excessivo de inseticida., pesticida e outros produtos químicos na produção agrícola, contaminando os alimentos e deixando resíduos no meio ambiente. Nesta década, a revolução verde na agricultura tinha provocado o uso abusivo de enormes quantidades de fertilizantes com base de petróleo(ANDRADE, 2001, p.28).

Seis anos depois as inquietações sobre a crescente crise do ambiente humano chegam até a ONU, chamando a atenção da Comunidade Internacional. Em 1968 surge o Clube de Roma com o intuito de discutir os problemas mundiais. Em 1972 a Conferência de Estocolmo tem o objetivo de estabelecer uma visão global e

princípios comuns que servissem de inspiração e melhoria do ambiente humano. A Conferência gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano, estabeleceu um “Plano de Ação Mundial”, recomendando um Programa Internacional de Educação Ambiental.

Para Reigota, a decisão mais importante da conferência de Estocolmo foi constatar que sem educar o cidadão não se consegue solucionar os problemas ambientais. Podemos considerar a partir dali, o nascimento do que hoje recebe a nomenclatura de educação ambiental (1994, p.15).

Em 1975 o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental na Iugoslávia – formula os princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental, que deveriam ser contínuas, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

A discussão sobre as terríveis desigualdades entre os países do Norte e do Sul gerou nesse encontro, a carta de Belgrado, na qual se expressava a necessidade do exercício de uma nova ética global, que propiciasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana.

Em 1977 ocorreu a Conferência de Tbilisi, ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental. Nessa conferência fica recomendado que a Educação Ambiental considere todos os aspectos: políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos, pois a educação ambiental deveria estar articulada com as diversas áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar e globalizada.

Na década seguinte, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento, presidida pela primeira-ministra da Noruega, GroHalemBrundtland. A comissão publicou, em 1987, o estudo “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório Brundtland, que propunha o “desenvolvimento sustentável”.

Para Branco (2004, p.125) desenvolvimento sustentável é aquele que se atinge assegurando o crescimento econômico sem destruição dos recursos naturais de um determinado país. Em outras palavras, trata-se de desenvolvimento não predatório, visando um consumo consciente.

Em 1987 realiza-se em Moscou o II Congresso Internacional sobre Educação e formação Ambiental promovido pela UNESCO, em colaboração com o Pnuma com objetivos de firmar novas ações e discussões acerca da educação ambiental e do desenvolvimento, numa perspectiva de sustentabilidade. Cada país deveria apresentar seus relatórios sobre a implantação da Educação Ambiental.

Em 1988, as associações ambientalistas europeias divulgavam, na Itália, um documento que pressionavam para o perdão da dívida externa contraídas pelos países subdesenvolvidos, apontando-a como responsável por transformações drásticas na economia, na sociedade e no ambiente dos devedores. Assim, segundo Marcatto (2002, p. 26)

a profunda crise econômica da década de 80 amplia ainda mais a distância entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, ao mesmo tempo que agrava os problemas ambientais em nível mundial. Os problemas ambientais são vistos como intimamente relacionados com as questões econômicas, políticas e sociais. A crise ambiental passa a ser encarada como uma crise global. A Educação Ambiental é vista como uma forma de preparar todo cidadão para participar da defesa do meio ambiente.

Dentro de um panorama tão nebuloso, no final da década de 80, o mundo mergulhava em crises de todos os tipos. As profecias anunciadas pelos especialistas para 2020 eram catastróficas e os eventos que estavam acontecendo não deixavam dúvidas de que as coisas poderiam piorar e muito. As Instituições faziam acordos, estratégias para a construção de regimes internacionais setoriais como o Protocolo de Montreal, Convenção de Viena, entre outros.

Na década 90, os eventos após a Eco-92 que se destacam sobre as questões referentes à educação ambiental foram o “Congresso Mundial para Educação e Comunicação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, Toronto, Canadá (1992); “I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: uma estratégia para o futuro”, Guadalajara, México (1992), que culminaria nos seguintes eventos: “II Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: em busca das marcas de Tbilisi”, Guadalajara, México (1997);

No vislumar do século XXI, os eventos para a discussão dos problemas ambientais se intensificam e continua a fomentar a reflexão acerca do desenvolvimento com sustentabilidade. “É eventos desse nível o Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental: povos e caminhos para o desenvolvimento sustentável” Caracas, Venezuela (2000); “IV Congresso Ibero-americano de

Educação Ambiental: um mundo melhor é possível”, Havana, Cuba (2003) e “V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental”, Joinville, Brasil (2006), entre outros, de grande importância para o debate, a reflexão e a tomada de posições acerca de desenvolvimento econômico visando a sustentabilidade, a justiça social e paz.

1.2 Educação Ambiental no Brasil

Desde a década de 60 que o Brasil já recebia alguns estudiosos como o inglês Darwin Bates e o dinamarquês Warning que vinham estudar flora e fauna brasileiras e, talvez, esse tenha sido o início da biopirataria, aqui no Brasil, grande mal que infelizmente, o governo ainda não conseguiu coibir.

O processo de degradação ambiental, no nosso país, começa desde o processo de colonização, com a exploração do pau-brasil que fora legalmente autorizada em (1785) pela princesa Izabel.

Durante a ditadura, nos anos em que o Brasil viveu o pseudo “milagre econômico”, muitas delegações de países em desenvolvimento e desenvolvidos, nas conferências sobre o Meio Ambiente, geraram polêmicas ao declararem que não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que, o resultado fosse o aumento do seu produto interno bruto. Nessa visão imediatista, de crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável

Na prática apresenta a ideia de um compromisso entre as visões radicais de crescimento zero e crescimento a qualquer preço. Se adotado em caráter universal, o primeiro projeto consagraria o status quo, congelando as graves e indefensáveis desigualdades existentes entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. O segundo projeto, a seu turno, acirrará as demandas globais por matérias primas e outros recursos naturais, que voltamos a descobrir serem finitos (MENDES; ALBORNOZ, 1993:36).

No Brasil, foi a partir da formulação da Carta de Belgrado (1975), que órgãos ambientais no Brasil, tomaram a iniciativa de promover a Educação Ambiental. Começaram surgir as parcerias entre as instituições de meio ambiente e as secretarias de educação do estado. A disciplina “ciências Ambientais” passaria a ser obrigatória nos cursos de engenharia. Os órgãos ambientais dos estados passariam a intensificar suas ações educativas.

Infelizmente no Brasil, o MEC parece ignorar as premissas da Conferência de Tbilissi e publica no ano seguinte o documento “Ecologia – Uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º graus – tal proposta representava, um retrocesso dada a abordagem reducionista apresentada, pois a educação ambiental ficava a cargo única e exclusivamente, das áreas das ciências biológicas.

O ano de 1981 constitui um importante momento da implantação e consolidação da política ambiental no Brasil. O então presidente, João Figueiredo, sanciona a Lei 6.938 que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

No caso do Brasil, o documento a ser elaborado após o Congresso Internacional de Moscou em 1987, deveria ser elaborado pelo Sema e MEC, mas o relatório não foi apresentado por absoluta falta de acordo. Apesar disso, o Conselho Federal aprovou o parecer 226/87 que considerava necessária a inclusão da Educação Ambiental nos conteúdos dos currículos de 1º e 2º graus, abordagem que fora recomendada Conferência de Tbilisi desde 1977.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 255 (parágrafo I, inciso VI) traz que é papel do poder público “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente”. No ano seguinte é criado o Instituto Brasileiro de Meio ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a finalidade de formular, coordenar e executar a Política Nacional do Meio Ambiente.

A segunda conferência internacional promovida pela Organização das Nações Unidas se realizou no Rio de Janeiro, em 1992. Na tentativa de se promover um desenvolvimento sustentável, foi redigida nesse encontro, entre outros documentos, a “Agenda 21”, e a Carta da Terra.

Pode-se, então, ressaltar que a Rio 92 assinalou,

uma profunda mudança nos paradigmas que orientam a leitura das realidades sociais e dos problemas que envolvem a produção e o consumo de bens e serviços, a exploração de recursos naturais, a reforma e/ou substituição de instituições de representação e participação política. A transformação dos espaços de formação e educação das futuras gerações. Concretizando um movimento de construção de novas referências sociais e políticas, houve um salto qualitativo nas relações entre as sociedades e seu meio (CASCINO, 1999, p. 41).

Assim, na tentativa de se promover um desenvolvimento sustentável, foi redigida nesse encontro, entre outros documentos, a “Agenda 21”, e a Carta da Terra.

A Agenda 21 é um programa de ação que 179 países assumiram para cuidar do planeta. Nessa agenda estão marcados os compromissos da humanidade com o século XXI, para garantir um futuro melhor para o planeta, respeitando o ser humano e o seu ambiente.

Já a Carta da Terra é um código de ética planetário que deverá nortear a conduta de todas as nações mundiais, frente ao desafio de promover o desenvolvimento, preservando os recursos naturais, salvaguardando todas as formas de vida no planeta, bem como assegurar a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Dentre os pontos relevantes desse documento vale ressaltar: que os Estados têm direito sobre os seus recursos naturais; que os países desenvolvidos são os maiores poluidores do meio ambiente e, portanto, devem ajudar aos países subdesenvolvidos com tecnologias não poluidoras e que é necessária uma ação conjunta para a erradicação da pobreza, entre outros.

Assim, segundo Graciani,

[...] é necessário o aprofundamento do estudo da Agenda 21 e a Carta da Terra que trazem como pressupostos principais a democracia participativa, ética universal, integridade ecológica, respeito e cuidado com toda a biodiversidade, justiça social e econômica, não violência e paz (GRACIANI, 2003, p. 19)

A Rio-92 confirma a tese da Conferência de Tbilisi, sobretudo a despeito da interdisciplinaridade da educação ambiental, priorizando três metas: a) reorientar a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável; b) proporcionar informações sobre o meio ambiente, de forma a conscientizar a população sobre os problemas que estavam ocorrendo no planeta; c) promover a formação de professores na área de educação ambiental.

É pena que a tese não saiu do papel e a maioria das decisões tomadas na Conferência Rio 92, efetivamente, não se concretizaram, principalmente, no que diz respeito às metas sobre a educação ambiental nas escolas públicas brasileiras.

CAPÍTULO II:

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA

2.1 - A Educação Ambiental nas Escolas

Para abordar a Educação Ambiental nas escolas é acima de tudo trabalhar com a formação integral do indivíduo para que ele possa atuar na sociedade como um agente social transformador e disseminador de um ideário de luta por justiça social, respeito às diferenças e a todas as formas de vida.

A escola é certamente o lugar de grande importância na formação das crianças. É lá, que o futuro do mundo começa a se delinear, pois essas crianças que estão sendo formadas irão governar o mundo, farão as grandes transformações sociais e ambientais que são necessárias. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o trabalho com o tema Meio Ambiente tem por principal objetivo:

[...] contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação (BRASIL, 1997, p. 29)

Para que as escolas se tornem um ambiente que propicie o despertar da consciência ambiental, não basta o desenvolvimento de projetos pontuais que trabalhem com questões meramente ecológicas, restritas às disciplinas da área de Ciências Humanas. Reigota afirma que:

A educação ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades (REIGOTA, 1994, p. 25).

É imprescindível que as instituições de ensino invistam na formação de todos os profissionais da educação, principalmente dos professores que são os

mediadores do processo educacional e, por conseguinte, têm a responsabilidade de nas ações diárias demonstrar uma atitude de consciência socioambiental.

Portanto, cabe a cada um dos envolvidos na educação dos indivíduos, ter maior criticidade, e primordialmente estar predispostos a mudar de postura frente às grandes mudanças sociais e ambientais que o mundo globalizado impõe.

Todavia é crucial estar atentos aos novos paradigmas contemporâneos referentes às questões socioambientais, cujas consequências afetarão diretamente não apenas a população atual, bem como as futuras gerações.

O direito a um meio ambiente equilibrado, onde todos possam viver com qualidade de vida, deve ser assegurado, inclusive, às futuras gerações, conforme dita o artigo 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida impondo-se ao Poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações(BRASIL,1988).

O desenvolvimento da consciência ambiental perpassa por ações individuais e coletivas. Assim, o trabalho pedagógico implica na relação professor-aluno no qual os docente são mediadores dos discentes no processo de investigação da realidade, orientando-os na realização de atividades que permitam chegar a conclusões e suscite mudanças de comportamento em relação ao Meio Ambiente.

2.2 - O Professor e a Educação Ambiental

O docente, sem sombra de dúvidas é um agente importantíssimo no processo de formação de uma nova sociedade, cujos indivíduos tenham uma visão amplamente modificada, uma consciência global e politicamente ativa no que diz respeito às questões socioambientais. Assim explicitam os PCNs:

O trabalho de Educação Ambiental dever ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construírem uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse

significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações. A perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno possa compreender problemas que afetam a sua vida, a de sua comunidade, a de seu país e a do planeta [...] (BRASIL, 1998 p. 47- 48).

A tomada de consciência consiste no enfrentamento dos problemas do lugar no qual cada indivíduo está inserido, para que possam mudar sua realidade e ter novas perspectivas. Segundo Reigota:

Na educação ambiental escolar deve-se enfatizar o estudo do meio ambiente onde vive o aluno, procurando levantar os principais problemas da comunidade, as contribuições da ciência, os conhecimentos necessários e as possibilidades concretas para a solução deles (REIGOTA, 1994 p. 26-27).

Assim sendo, a educação ambiental deve fazer parte do currículo educacional, em todas as disciplinas, ela deve ser vista como um empreendimento, não só sob o ponto de vista da conservação das florestas, rios, mares, no enfoque da sustentabilidade, na conservação de um meio ambiente saudável, mas principalmente na formação de cidadãos críticos, conscientes dos seus deveres, agente transformador, capaz de modificar a realidade dos fatos e exercer plenamente a sua cidadania, desempenhando seu papel na sociedade. Dentro dessa perspectiva propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente que se deve:

[...] educar os futuros cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil; saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto quanto social (BRASIL, 1998, p. 25-26).

Portanto, o educador tem um papel fundamental na educação de jovens e crianças com princípios éticos e valores fundamentais na construção de uma sociedade sadia não apenas sob o ponto de vista do meio ambiente, mas também no respeito à diversidade. Logo, educação e cidadania estão intrinsecamente relacionadas, só se constrói uma sociedade ecologicamente sustentável, com investimentos em educação e valorização do professor.

2.3 PCNseaTransversalidade na Educação Ambiental

Segundo os PCNs a Educação ambiental nas escolas deve dar ênfase aos problemas ambientais de forma interdisciplinar não cabendo apenas a uma área específica tratar de tais questões, mas de todos os educadores nas suas respectivas disciplinas. Cada indivíduo é responsável pela preservação do planeta e, conseqüentemente, os conhecimentos fragmentados dificultam uma visão holística bem como a busca da resolução dos transtornos ambientais. Assim, definiu-se a Educação Ambiental “como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”(BRASIL:1998, p. 229).

No entanto, na maioria das escolas brasileiras a discussão das questões ambientais tem se restringido apenas às disciplinas de Ciências Naturais e Geografia, contrariando sobremaneira às orientações dos PCNs que enfoca a interdisciplinaridade e transversalidade dos conteúdos sobre meio ambiente como prática educacional que deve permear todas as demais áreas do conhecimento, como prática educativa de uma nova realidade educacional. Sendo assim, os PCNs salientam que:

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (BRASIL,1998, p. 49).

Ao abordar a transversalidade, os PCNs apontam para a importância da realização de um trabalho interdisciplinar, no qual haja integração dialógica entre as áreas do conhecimento. A publicação da Lei nº 9.795/99 vem confirmar a necessidade da interdisciplinaridade, em seu artigo 10: “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal”. Já o § 1º do mesmo artigo salienta que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”(BRASIL).

Portanto, a promoção da educação ambiental dar-se-á em todos os espaços da escola, mas é salutar afirmar que os educadores são agentes essenciais na inserção e consolidação da Educação Ambiental. A Lei nº 9.795/99 estabelece no Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em seu artigo 2º que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Já o artigo 3º, inciso II, da referida lei, complementa a ideia ao prescrever que cabe às “instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”.

Deste modo, a interdisciplinaridade deve estar inserida no cotidiano das ações pedagógicas e a Educação Ambiental, incorporada nestas práticas. Porém, é essencial destacar que, a concepção de Educação Ambiental como é imposta e adotada na atualidade, ainda recomenda uma prática diferente daquela que, como sugere Barcelos (2003: p.30), “obriga-nos a reavaliar nossos modelos de pensar e agir em um mundo cada vez mais interligado”.

2.4 Projetos pedagógicos aplicados nas escolas

Os projetos pedagógicos foram integrados a educação básica na década de 1980, período em que a questão ambiental passou a ser discutida e vista como relevante nos âmbitos escolares. As unidades de ensino buscaram na pedagogia de projetos uma forma de atrair os alunos para uma maior participação nas aulas e integração na escola.

Os projetos políticos pedagógicos das escolas são as molas mestras do processo ensino aprendizagem e constitui-se em uma importante ferramenta para o trabalho coletivo das escolas, mas que precisa do envolvimento de todos os agentes comprometidos com o processo, para que haja sucesso nas ações desenvolvidas, inclusive, no tange a educação ambiental, além de promover a interação entre a comunidade escolar.

A escola deve criar e desenvolver projetos de Educação Ambiental para ser trabalhado com a temática ambiental desenvolvendo metodologias e sistemas de

avaliação inovadores na sistematização do conhecimento procurando atender os objetivos estabelecidos para o mesmo.

Como o objeto de estudo da EA preconiza interações entre sociedade e natureza, a temática ambiental vai estudar justamente o homem e a sua relação com o meio ambiente. Por conseguinte, a educação ambiental não é assunto exclusivo de uma determinada disciplina, por isso é imprescindível uma proposta de estudo por meio de projetos didático-pedagógicos, que capacitará os discentes para construção de referências sobre esse Tema Transversal, capacitando-os para uma participação mais efetiva, atuante, contundente e prepositiva as questões ambientais.

Diante disso, ALVES (1999: p.04) afirma que o trabalho pedagógico do professor deve estar voltado para "(...) ajudar o educando a se posicionar consciente, como força atuante, responsável e participativa, na permanente construção e reconstrução do espaço." Os procedimentos metodológicos precisam ser pensados como ferramentas que auxiliem o professor no desenvolvimento dos conteúdos trabalhados em sala de aula, pois uma metodologia adequada promove um maior desempenho e desenvolvimento do professor durante o processo ensino aprendizagem, permitindo aos alunos a construção do conhecimento de forma bem mais significativa. Pois, de acordo com Libâneo:

A questão dos métodos se subordina à todos os conteúdos: se o objetivo é privilegiar a aquisição do saber, e de um saber vinculado as realidades sociais. É preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos, e que estes possam reconhecer nos conteúdos o auxílio ao seu esforço da compreensão da realidade prática social (LIBÂNEO, 2006,40).

Os projetos pedagógicos são de suma importância para o trabalho interdisciplinar, além de propiciar uma avaliação constante da prática docente e fomentar a construção do conhecimento de forma coletiva, contribuindo para uma maior integração dos alunos no processo ensino-aprendizagem. Pois, segundo ALVES et al (1999; p.8) "as situações de interação são oportunidades de convivência dos alunos que, quando orientados para cooperação e realização de ações conjuntas propiciam um espaço para compartilhar, confrontar, negociar ideias."

Há um arsenal de procedimentos metodológicos a serem adotados, mas na execução dos projetos pedagógicos, mas sejam quais forem os escolhidos para se

trabalhar com os alunos na sala de aula, devem atender as necessidades dos educandos, fomentar o debate e acima de tudo desenvolver a criticidade do aluno.

Assim, a construção do conhecimento dar-se-á de forma mais eficaz e significativa. É importante também que as atividades desenvolvidas sejam compartilhadas com toda a escola, por isso a culminância do projeto é importantíssimo para o fechamento dos trabalhos desenvolvidos, o que promoverá a autoconfiança e amadurecimento dos alunos.

Outro aspecto essencial é a avaliação do projeto pela comunidade escolar, momento em que são analisados os pontos positivos e negativos, para que em um posterior projeto os mesmos “erros” não sejam cometidos.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos buscam atender aos objetivos dos projetos para que o resultado do trabalho possa contribuir para as discussões do tema proposto.

O grande desafio não é só da escola, mas de toda a sociedade. É crucial a busca de soluções dos problemas ambientais, tendo em vista a preocupação de um meio ambiente saudável e equilibrado, visando sempre a sustentabilidade. Além, é claro de disseminar sempre a reflexão acerca de como pode haver um crescimento econômico, sem que para isso seja preciso dilapidar os recursos naturais.

2.5 Mídia e Educação Ambiental

Por conta do desequilíbrio ecológico pelo qual passa o planeta Terra, resultante da intensa degradação ao meio ambiente, a questão ambiental tem sido debatida, refletida e repensada dentro de novas perspectivas, afinal, o ser humano é parte integrante do meio ambiente e precisa cuidar pela preservação da vida de todos os seres, inclusive a preservação da própria espécie humana, que é o principal agente agressor, interferindo de forma nefasta no equilíbrio ecológico do planeta e nas inter-relações dos seres.

Os meios de comunicação têm sido uma ferramenta para que as entidades protetoras do Meio Ambiente cumpram uma tarefa importante: divulgar as inúmeras catástrofes ambientais, alertando e conclamando as pessoas a preservarem o meio ambiente e a repensarem suas ações e, principalmente, denunciam os países desenvolvidos como maiores poluidores e cobram deles alternativas para se

combater os efeitos danosos que as agressões ao meio ambiente vêm causando ao Planeta Terra.

Mas apesar de a mídia mostrar os impactos ambientais e chamar a atenção depara os problemas ambientais, paradoxalmente, ela fomenta o consumo. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental, no sentido de promover a reflexão acerca do consumo exacerbado e de quanto uma sociedade consumista contribui para o agravamento de problemas ambientais graves.

A influência da mídia sobre a questão ambiental é antagônica. Pois se por um lado ela pode informar e sensibilizar acerca dos problemas ambientais, por outro lado ela promove o consumismo que é hoje o grande vilão do meio ambiente. Sobre o poder dos meios tecnológicos no espaço escolar Citelli diz que:

Quando o campo de reflexão é a escola, que as experiências vídeo tecnológicas já estão nas salas de aula, malgrado sob a forma de uma 'não presença', pois tanto os alunos como os professores vivem num espaço social mediatizado por mensagens televisivas, radiofônicas, jornalísticas, etc., capazes de provocar alterações nos comportamentos, criarem referências para o debate público, influenciarem na tomada de decisões além de revelarem, muitas vezes, os próprios limites do discurso pedagógico (CITELLI, 2000, p.140).

É fundamental enfatizar que uma das atribuições da escola é a formação cidadã dos alunos, para que eles possam se posicionar de uma maneira crítica, promovendo mudanças de posturas e possam ser cada vez mais politicamente atuantes, de modo que possam interferir e mudar as realidades nas localidades onde estão inseridos.

2.6 Educação Ambiental e Cidadania

A Educação Ambiental quando trabalhada de forma correta nas instituições de ensino, vai despertar o interesse dos educandos para buscar soluções para os problemas ambientais, suscitar a reflexão para melhor compreender as várias nuances desse problema que é complexo e traz muitas faces.

Pensar a questão ambiental, atualmente, perpassa não só por debates em nível acadêmicos, mas por toda a sociedade, buscando analisar os aspectos sociais, econômicos e políticos que interferem diretamente no desequilíbrio ambiental.

A sociedade atual requer que, os indivíduos assumam uma postura ecologicamente correta. Cabe, então, a educação ambiental promover a sensibilização e a criticidade do indivíduo em relação às questões ambientais. Pois:

Seu propósito fundamental é mostrar as correlações econômicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas do mundo, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento de um espírito de responsabilidade e solidariedade entre os indivíduos e as sociedades (AMÂNCIO, 2009 p.01).

Assim sendo, compreende-se por educação Ambiental um processo que objetiva:

(...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (...) (SEARA FILHO, 1987, p. 43).

Portanto, a necessidade de formar cidadãos que se sintam responsáveis pela preservação ambiental é necessária, urgente e crucial para a construção de uma nova sociedade, com valores de uma cultura de vida, na qual o homem não se coloque mais como o dono do mundo e, esta forma vigente de agressão ao meio ambiente seja suplantada e ele finalmente, perceba que é um ser no mundo, parte integrante da Natureza.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

Este trabalho tem como ponto de partida uma pesquisa de campo realizada entre os meses de março e maio de 2014, no Centro Estadual de Educação Profissional- CEEP, situado à Praça Maria Angélica Mangiere Cardoso S/N, na cidade de Brumado - Bahia.

3.2 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO

O CEEP em Gestão e Meio Ambiente, criado com o nome de Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em 1998, conforme Portaria 7.293 publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 04 de maio de 1998, faz parte da rede estadual de educação do Estado da Bahia, vincula-se ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica pública e está inserido no Território de Identidade denominado Sertão Produtivo. O Território Sertão Produtivo é formado por dezenove municípios, sendo eles: Caetité (município sede), Guanambi, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Candiba, Pindaí, Urandi, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê, Caculé, Rio do Antonio, Malhada de Pedras, Brumado, Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Lagoa Real, com o PIB de (milhões), R\$ 1.840,28 em 2007.

Imbuído de percepção moderna de gestão, a partir de 2006 o governo estadual passou a reconhecer no Planejamento Territorial a existência de 26 Territórios de Identidade na Bahia, o que oportunizou maior amplitude nos debates acerca da territorialidade, pois estes mesmos Territórios passaram a ser analisados como unidades de planejamento para a execução de políticas públicas no governo baiano. Assim, o Município de Brumado foi alocado num território formado por dezenove municípios, sendo este caracterizado pela desigualdade nos aspectos econômicos, político, cultural e social, bioma marcado pela aridez climática e área de repulsão populacional e intensos fluxos emigratórios. A vinculação do CEEP em

Gestão e Meio Ambiente ao planejamento com vistas à territorialidade surge como uma importante alternativa ao processo de regressão de indicadores tão insatisfatórios, como os mencionados, ao passo que oferta uma educação de qualidade na perspectiva de preparação do indivíduo para o mundo do trabalho, o que contribui para a promoção de um processo de fixação do sertanejo à sua área de origem, com melhores condições de inserção nos arranjos produtivos existentes em seu território.

De organização pluricurricular, o CEEP em Gestão e Meio Ambiente oferece um ensino público, laico, gratuito e de qualidade. Oferta, nesse sentido, cursos técnicos de nível médio e subsequente em sintonia com a função social que desempenha, visando à consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Apresenta, para tanto, uma estrutura curricular organizada a partir das matrizes curriculares da SUPROF (Superintendência de Educação Profissional) – que atuam de modo entrelaçado e Inter complementar, como princípios norteadores da prática educativa. O Centro estimula a produção cultural e realiza processos pedagógicos que levem à geração de trabalho e renda.

No âmbito da gestão institucional, o CEEP em Gestão e Meio Ambiente busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, em seu colegiado e conselho escolar, com representantes de todos os segmentos da escola e de determinados setores da sociedade civil, perseguindo o objetivo de consolidar uma sociedade democrática, regida pelo princípio da participação e da autonomia.

3.2.1 Missão

Educar para mudar as pessoas, mudar as pessoas para construir uma nova sociedade, construir uma nova sociedade para que todos coexistam como cidadãos plenos eficazes.

3.2.2 Meta

Envolver a comunidade escolar em um efetivo projeto de gestão participativa, onde todos possam compartilhar em igualdade dos resultados obtidos.

Promover um ensino profissionalizante voltado para uma formação técnica específica sem ferir os conteúdos curriculares de uma formação geral.

3.2.3 Visão

Transformar a Escola numa agência promotora de educação eficaz, tornando-a referencial de excelência para toda comunidade.

3.2.4 Valores

Acreditamos no poder transformador da Escola

Acreditamos na valorização de pessoa humana

Acreditamos na integridade, sensibilidade, autenticidade, na identidade e respeito a si e ao outro, com competência profissional, criatividade e igualdade.

Acreditamos no trabalho como princípio educativo e na intervenção social como princípio pedagógico.

3.2.5 Objetivos da Instituição

- Geral

- Desenvolver uma prática pedagógica diversificada e significativa estimulando no educando o aprimoramento das suas potencialidades como: autonomia, autocontrole, compromisso, respeito, responsabilidade, disciplina, organização, solidariedade, independência e liberdade, estando assim preparado para o pleno exercício da cidadania e para as demandas e desafios do mundo do trabalho.

- Específicos

- Criar hábitos de estudos, aprofundando os conteúdos vivenciados no turno regular;
- Vincular as atividades pedagógicas às rotinas diárias de alimentação, higiene, recreação e estudos complementares;
- Suprir a falta de opções no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

- Desenvolver as habilidades do educando desde o cultivo da terra à eletrônica, levando em consideração sua origem ou procedência, bem como suas tendências e habilidades;
- Incentivar a participação responsável da comunidade, buscando, através do seu engajamento no processo educacional, a formação dos jovens para o mundo do trabalho;
- Promover ampliação e humanização do espaço da sala de aula;
- Estimular o educando a contribuir para a melhoria da Escola e da Comunidade onde vive;
- Promover a articulação entre as práticas pedagógicas e os arranjos produtivos locais.

3.2.6 Breve Histórico da Instituição

O Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães foi inaugurado em 16 de abril de 1999 sob a direção da Professora Ivone Bernardino Pires com as seguintes autoridades presentes: o Sr. Governador César Borges, os Srs. Deputados Eraldo Tinoco e Geddel Vieira Lima, o Sr. Prefeito Edmundo Pereira Santos e o Sr. Antônio Carlos Magalhães Filho.

Em sua aula inaugural, no dia 03 de maio de 1999, estiveram presentes as Senhoras Joana Leal, Elísia Negredo, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, e a Senhora Arlete Rizério, representante da Direc-19.

Visando ampliar o Ensino Médio e oferecer à sociedade novos parâmetros educacionais, foi instituído pela SEC o Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI), como disciplina curricular, sob o decreto nº 7293 de 04 de maio de 1998.

A partir do ano de 2008, sob a gestão da professora Eliana de Souza Pinheiro, a escola passa a ofertar Educação Profissional de Nível Médio, na modalidade integrada ao Ensino Médio. O primeiro curso foi o de Técnico em Administração, ofertado para três turmas, sendo uma no turno vespertino e duas no turno matutino. A partir de então, a oferta de novos cursos no eixo de Gestão e Negócios e de Meio Ambiente, em modalidades diversificadas, expandiu-se significativamente.

3.2.7 Cursos e modalidades ofertadas à comunidade

Este Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Meio Ambiente de Brumado é remanescente do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães que fora criado através da portaria 7293 publicado no Diário Oficial do estado em 04/05/1998, mas a fundação e inicio das atividades pedagógicas datam de abril de 1999, com publicação do ato de autorização para ofertar o Ensino Médio, por meio da portaria 002/2002, publicado D.O.E de 15/05/2002. Desde então, o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (atual CEEP) passou a ofertar o Ensino Médio. Em 2008, o referido colégio também passou a ofertar cursos técnicos profissionalizantes, na modalidade Ensino Profissional integrado ao Médio (EPI), nos turnos matutino e vespertino. O primeiro curso ofertado à comunidade brumadense foi o Curso Técnico em Gestão Administrativa(TGA), mudando no mesmo ano para a nomenclatura de Técnico em Operações Administrativas(TOA), mudando em 2009 para curso Técnico em Administração(ADM). Em 2010, além do Curso Técnico em Administração, na modalidade (EPI), o colégio passou também a ofertar o curso Técnico em Vendas, no turno noturno, na modalidade PROEJA e nos turnos matutino e vespertino, além do curso Técnico em Administração passou a oferecer o curso técnico em Recursos Humanos, também na modalidade (EPI), mas continuou ofertando o curso Técnico em Vendas, na modalidade PROEJA, no turno noturno. Em 2011, continuam sendo ofertados, nos turnos matutino e vespertino, os cursos técnicos em Administração, Recursos Humanos, na modalidade EPI e Técnico em Vendas, na modalidade PROEJA, no turno noturno. Em dezembro de 2012, o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães passa a ser denominado Centro Estadual de Educação em Gestão e Meio Ambiente, por meio da Portaria de Transformação e Nova Denominação 10.300/2011, publicada no D.O.E 31/12/2011 e 01/01/2012. A partir de 2012, o CEEP passa a ofertar, também, os cursos técnicos de Meio Ambiente e Técnico em Contabilidade, na modalidade EPI. Em 2013, outros cursos integram a grade curricular do CEEP, Os Cursos Técnicos em Comércio e Curso Técnico em Logística, na modalidade EPI, Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade PROSUB, curso Técnico em Administração, na modalidade PROEJA. Em 2014, somam-se aos cursos existentes, o curso de Contabilidade e o curso Técnico em Comércio, no turno noturno, na modalidade PROSUB, e reabre novas turmas de Técnico em Meio Ambiente, nos turnos matutino e vespertino, na modalidade EPI.

Em 2015, o Centro reabre novas turmas apenas para o Técnico em Meio Ambiente, nos turnos matutino e vespertino, na modalidade EPI. Em 2016, o catálogo de cursos do CEEP, incorpora os cursos técnicos em Administração, Técnico em Logística, na Modalidade PROSUB, Técnico em comércio, na modalidade PROEJA, oferecidos no turno noturno. E, reabrem matrículas para os cursos técnicos em Comércio, Meio Ambiente e Logística, na modalidade EPI, nos turnos matutino e vespertino.

3.3 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa de campo será mediante uma entrevista semi-estruturadas realizada no CEEP de Brumado, com 14 professores, do quadro efetivo, do referido colégio.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada apresenta característica questionamentos básicos amparados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. As indagações impulsionariam novas hipóteses e questionamentos a partir das respostas dos pesquisados. O enfoque principal seria dado pelo investigador-entrevistador. O referido autor, afirma que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Todo o embasamento teórico e a análise dessa pesquisa está fundamentada nos mais renomados autores que abordam os temas de Cidadania e Educação Ambiental para uma melhor compreensão de como essa escola, enquanto espaço de construção de conhecimento e de formação ética e educativa, vem trabalhando com as questões ambientais e formação de cidadãos cômnicos de suas responsabilidades socioambientais.

3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos dessa pesquisa foram quatorze professores, com formação em diversas áreas do conhecimento, do quadro efetivo, do CEEP e que fazem parte do elenco de mais de cinquenta professores que atendem a um efetivo de mais de mil alunos dos Cursos Técnicos, nas modalidades de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio, PROSUB e PROEJA.

Dos entrevistados quatro docentes são graduadas em História, uma professora é graduada em Geografia, um Bacharel em Ciências Contábeis, uma graduada em Geografia com pós-graduação em Educação e Gestão Ambiental, uma docente graduada em Pedagogia, mas lecionando Química, uma professora graduada em Letras e História, uma professora graduada em Matemática e Letras, duas professoras graduadas em Biologia, duas professoras graduadas e uma graduanda em Letras.

3.5 COLETA, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada mediante entrevista semiestruturada com quatorzes (14) docentes do CEEP de Brumado, entre os meses de março e maio de 2014. Dentro de um clima favorável, as informações foram colhidas, durante as reuniões de ACs da instituição, momento em que os professores reúnem-se para discutir e elaborar o planejamento semanal e as ações pedagógicas do Colégio.

A Educação Ambiental nas escolas tem sido, via de regra, apenas trabalhada de forma descontextualizada das realidades locais e fragmentada, normalmente, fazendo parte de projetos pedagógicos das escolas, com cunho promocional, no sentido de se prestar apenas para divulgar eventos promovidos pelas escolas, no intuito de agregar a comunidade escolar (pais, alunos, professores e comunidade), mas sem estar intimamente ligada à conduta cotidiana desses educandos, para uma educação que visa à mudança de posturas e sensibilização do indivíduo para os problemas ambientais.

Este trabalho busca investigar como a educação ambiental é trabalhada, no Centro Estadual de Educação Profissional-CEEP, no município de Brumado no Estado da Bahia.

A entrevista realizada com os professores de várias disciplinas que atendem o curso Técnico, nas modalidades Ensino Profissional Integrado ao Médio-EPI, Ensino Profissional Subsequente- PROSUB e Ensino Profissional de Jovens e Adultos- PROEJA. Essa entrevista é composta por doze indagações (vide apêndice nº 02) e que forneceu os subsídios necessários para a confirmação ou refutação das hipóteses levantadas sobre a abordagem da EA nas diversas áreas do conhecimento formal.

A primeira pergunta da pesquisa indaga dos docentes, se a educação ambiental está intrinsecamente ligada à construção da cidadania do aluno. As respostas se apresentaram da seguinte forma:

P1 “Sim. Pois estamos inseridos no meio ambiente e qualquer desequilíbrio atinge a todas as espécies, principalmente aos seres humanos”.

P2 “Acredito que sim, pois para sermos cidadãos plenos devemos buscar a preservação da natureza, não só fazendo a nossa parte, mas também como educador disseminando atitudes éticas”.

P3 “Sim, Já que desenvolver no aluno o senso de responsabilidade para com o ambiente em que vive é uma contribuição para a formação de uma consciência cidadã”.

P4 “Sim. A educação ambiental se torna hoje indispensável para a sobrevivência do planeta, como também, tem um papel fundamental na construção da cidadania, uma vez que, tem como objetivo formar cidadãos comprometidos com os problemas ambientais”.

P5 “Sim, a Educação Ambiental está ligada à construção de cada cidadão, independentemente de ser aluno ou não. A questão ambiental deveria fazer parte obrigatoriamente do currículo do ensino fundamental e médio”.

P6 “Sim. A própria condição de cidadão que vive em sociedade implica a mudança de hábitos mais sustentáveis voltados para a melhoria da qualidade de vida. Sendo assim a Educação ambiental deve sensibilizar o estudante para que ele possa exercer seu papel cidadão”.

P7 “Sim, pois os alunos vivem em sociedade e esta precisa cuidar do ambiente onde vive”.

P8 “Com certeza o cidadão é todo aquele que exerce seus direitos e deveres todos têm o dever de cuidar do meio ambiente, logo a Educação ambiental perpassa pela construção da cidadania do aluno”.

P9 “Sim, pois se o aluno não tiver a qualidade de vida depende do relacionamento saudável com o meio ambiente, poderá ocorrer danos causados pelo desequilíbrio ecológico como: epidemias, catástrofes naturais, alagamentos, desmoronamentos...”.

P10 “Sim. Através da Educação ambiental o indivíduo é estimulado a tomar consciência dos problemas ambientais que afetam o nosso planeta, levando o mesmo a refletir sobre essa problemática e buscar alternativas para amenizá-las ou até mesmo solucioná-las”.

P11 “Sim. Através de análise de textos, percebemos sempre que a realidade atual exige uma reflexão e que a complexidade desse processo de transformação de um planeta ameaçado depende de todos nós”.

P12 “Sim a questão ambiental leva o aluno a repensar suas atitudes em relação aos cuidados com o meio ambiente que vive o que certamente o levará para a melhor construção de sua cidadania”.

P13 “Sim. Pois é através das pesquisas e do conhecimento de situações catastróficas em nosso planeta que o aluno passa a perceber a importância de investigar, pesquisar tomar decisões que ele exerce a cidadania”.

P14 “Certamente, diante de todos os problemas ambientais pelos quais passa o planeta, conscientizar o aluno da necessidade de preservação do meio em que vive é fazer dele um cidadão consciente de seus deveres para com o próximo”.

Todos os entrevistados afirmaram que a educação ambiental está ligada a formação de indivíduos comprometidos e cidadãos com espírito de coletividade em âmbito local e global. Nesse sentido, é de suma importância que os educadores tenham a consciência da necessidade da Educação Ambiental, conforme salienta os PCNs que:

a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, como bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos (BRASIL, 1998: p.67-68).

Analisando as respostas dos entrevistados P3 e P6, encontra-se explícito o discernimento quanto ao fato de não ser possível a conscientização dos alunos, mas busca-se desenvolver o senso de responsabilidade, em benefício da melhoria da qualidade de vida de todos.

Entretanto, diferindo em parte, das respostas anteriores, o entrevistado nº 14 se coloca de forma errônea, uma vez que faz uso do termo **conscientizar** inadequadamente, haja vista que a Educação ambiental implica em mudanças de hábitos individualizados a partir da sensibilização promovida através de ações educativas, principalmente, no ambiente escolar.

A despeito dos novos desafios educacionais Medina e Santos, enfatizam que,

[...] a educação não pode permanecer alheia às novas condições de seu entorno, que exigem dela respostas inovadoras e criativas que permitam formar efetivamente o cidadão crítico, reflexivo e participativo, apto para a tomada de decisões, que sejam condizentes com a consolidação de democracias verdadeiras e sem exclusão da maioria de seus membros (MEDINA & SANTOS, 2000, p.12).

Na sequência, a questão nº 2 procura averiguar se as ações de Educação Ambiental e cidadania são contempladas no PPP (Projeto Político Pedagógico) e no PDE (Plano de Desenvolvimento Escolar) da escola supracitada, obtendo as respostas transcritas a seguir:

P1 “Não contempla especificamente, mas nas generalizações, Meio Ambiente e Cidadania são inseridas tanto no PPP quanto no PDE”.

P2 “Acredito que sobre cidadania sim, mas sobre Educação Ambiental não tenho conhecimento.

P3 “Sim. A escola se preocupa em desenvolver ações de conscientização para a preservação ambiental”.

P4 “Sim. O PPP e o PDE possuem ações que possibilitam a todos se envolverem nas questões ambientais locais, buscando possíveis soluções para as mesmas”.

P5 “Sim, mas muitas às vezes não são trabalhadas com frequência ou certa regularidade”.

P6 “Não conheço PPP ou PDE da escola. Mas acredito que deva contemplar ao menos no texto.”.

P7 “Sim”.

P8 “Embora haja intenções de se trabalhar a Educação ambiental tanto no PPP quanto no PDE, nesse ano houve ações neste plano”.

P9 “Eu não tenho conhecimento se são contempladas, pois não me detive em procurar saber, pois sei que a escola possui o PPP e PDE e está para consultas”

P10 “Não conheço o PPP da Escola”

P11 “Não conheço o PPP da Escola”

P12 “Sim”.

P13 “Sim. Estas ações foram trabalhadas em 2009 com um projeto determinado pela secretaria de Educação. Atualmente tem-se trabalhado somente em sala de aula através de textos com abordagem do tema relacionado ao Meio Ambiente.”.

P14 “Sim através de sugestões de projetos a serem realizados dentro das disciplinas da área de Ciências da Natureza.”.

Os entrevistados P06, P09 e P10 assumem que desconhecem o teor do PPP e do PDE da escola, tornando-se evidente de que estes documentos, na maioria das escolas, são feitos para serem engavetados e que muitos professores ignoram-nos, por comodismo, falta de interesse ou por mero descompromisso com as metas que a escola deve e/ou deveria ter traçado.

Infelizmente, quando isso ocorre traz à baila uma situação muito preocupante acerca da qualidade do ensino oferecido pelas Instituições de Ensino, e põe em evidência não apenas as atitudes dos professores, mas a de todos os dirigentes e coordenadores, uma vez que o Projeto Político Pedagógico da escola parece ficar apenas no papel.

Sendo assim, o descompasso entre a teoria e a prática compromete todo o processo educacional e o Projeto Político Pedagógico da escola acaba não cumprindo seu objetivo que é problematizar as ações da escola, bem como articular tais ações para que efetivamente “esta não perca em atividades rotineiras e fragmentadas a intencionalidade político pedagógica de um projeto emancipador” (SOUZA, 2005).

As respostas dos professores entrevistados identificados como P1, P2 e P5 são evasivas, apesar de mencionarem que o Projeto de Desenvolvimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da Escola contemplam ações de Educação ambiental e Cidadania, no entanto, não dizem claramente, quais seriam essas ações, deixando evidente que eles as ignoram e/ou desconhecem o PPP e o PDE da escola.

Cabe salientar que o Projeto Político Pedagógico de uma escola e o pilar que dará sustentação para as ações que serão planejadas de forma coletiva e participativa com toda a comunidade escolar. Vasconcelos, ainda enfatiza que;

É um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELOS, 1995, p.143).

Vale ressaltar, ainda, que as respostas acima comentadas são provas muito contundentes de que esta escola trabalha com conteúdos desarticulados, fragmentados e o conhecimento dos professores acerca de interdisciplinaridade é muito livresco e pouco prático.

Tudo leva a crer que na prática, perpetua-se um ensino arcaico e tradicional, cujos conhecimentos são compartimentados e isolado sem disciplinas, tornando os.

Saberes completamente fragmentados e desarticulados entre si.

Assim sendo, essa realidade é absolutamente contrária aos discursos acerca de uma escola pública de qualidade, Pois, segundo Libâneo,

Educação de qualidade é aquela que promove para todos os domínios de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária(LIBÂNEO,2008, p.66).

Enfim, é dever da escola oferecer ao educando uma educação de qualidade que seja politizante, emancipatória, libertadora e o qualifique a ser os atores sociais, construtores de uma sociedade com justiça social, na qual todos possam gozar o exercício pleno da cidadania.

Na terceira pergunta aferida aos professores, inquiriu-se o seguinte: A Escola tem trabalhado a educação ambiental? Por quê? As respostas obtidas foram as que se seguem:

P1 “O CEEP através das matérias específicas (historia, biologia, geografia) e demais áreas de conhecimento de maneira individualizada e interdisciplinar desenvolvem ações visando a conscientização dos alunos na defesa e proteção ao Meio Ambiente.”

P2 “Se esse tema é trabalhado se restringe somente às aulas de Geografia, pois não vinada sendo planejado sobre isso, como também não houve nenhum projeto interdisciplinar com taltemática”.

P3 “Sim, com reciclagem de materiais, por exemplo,”.

P4 “Sim. Cuidar do meio ambiente é responsabilidade de todose a escola é um local favorável ao processo holístico na educação ambiental.”

P5 “Sim, a escola já desenvolve trabalho de educação ambiental, porém não tem seguido o projeto anualmente.”

P6 “Não posso dizer no âmbito geral, mas no específico a minha disciplina sempre trabalho os conteúdos com o enfoque da Educação ambiental”.

P7 “As vezes, porque não existem projetos específicos sendo trabalhados, apenas trabalhos pontuais.”

P8 “Nesse ano (2011) a Educação ambiental foi tratada nas salas de aulas expositivas sobre o tema e exposição de documentário “Home” que trata das ações do homem no ambiente e suas perspectivas. ”

P9 “A educação ambiental tem sido tema de aulas de química apenas com os assuntos isolados. Ex: Acido e bases, formação e consequências da chuva ácida.”

P10 “Durante esse ano não foi realizado nenhum trabalho sobre o tema”

P11 “A escola trabalha de forma isolada. Por não haver o projeto para a Educação Ambiental”

P12 “Educação Ambiental nos dias atuais se faz necessário em qualquer lugar, especialmente no ambiente escolar, pois é necessário levar nossos alunos a uma melhor compreensão do assunto”

P13“Sim. Porque devemos trabalhar em prol de um planeta sustentável refletindo sobre a problemática socioambiental e da necessidade urgente de tomada de atitudes.”

P4 “Não como deveria, pois é feito um trabalho em data específica”.

As respostas dadas pelos entrevistados P1, P2, P6 e P9 comprovam que há transferência de responsabilidade para disciplinas específicas da área de Ciências Humanas, quanto ao desenvolvimento de ações ligadas à temática da Educação Ambiental, embora este seja um tema transversal, contemplado nos PCNs e intrínsecos em todas as áreas do conhecimento.

É crucial que todos os educadores percebam a real necessidade de um trabalho inter e transdisciplinar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental enfatizam que:

A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem eles para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer, necessariamente, a procura da superação de visão fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas (BRASIL, 1998, p. 193).

Já o entrevistado P5 deu uma resposta dúbia, pois apesar de informar que a escola faz um trabalho de Educação Ambiental, paradoxalmente, afirma que projetos em Educação Ambiental não são realizados, no referido colégio. Essa informação é no mínimo controversa.

No entanto, vale ressaltar o que diz Sato:

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista (SATO,2002, p.25).

Os entrevistados P11 e P14 reconhecem que a escola trabalha as questões ambientais de forma isolada, fragmentada e descontextualizada sempre em datas pontuais, porque não há um projeto interdisciplinar de Educação Ambiental.

A despeito da fragmentação dos conhecimentos Morin sabiamente enfatiza que:

Por um lado os efeitos cada vez mais graves da compartimentalização dos saberes e da incapacidade de articulá-los, um dos outros, por outro lado considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamentalmente humana que precisa ser desenvolvida, não atrofiada(MORIN,2009, p.16).

Dando prosseguimento, às entrevistas, na quarta questão foi perguntado se existem projetos de Educação Ambiental sendo desenvolvidos na escola, atualmente e quais. Evidentemente que as respostas em sua maioria não surpreenderam, pois as respostas obtidas na questão anterior já davam uma prévia do que seria respondido. No entanto, foram registradas as seguintes respostas e que merecem ser comentadas:

- P1 "Não há projeto sendo desenvolvido, mas há ações pontuais como palestras, cartazes e atividades em sala de aula que contemplam a temática da Educação Ambiental e da sustentabilidade."
- P2 "Se tem, eu desconheço"
- P3 "Não tenho conhecimento"
- P4 "Não. Mas já foram desenvolvidos bons projetos com esta temática"
- P5 "Anualmente, não."
- P6 "Não conheço".
- P7 "Não"
- P8 "Não, Projetos de Educação Ambiental não existe atualmente."
- P9 "Não tenho conhecimento".
- P10 "Não."
- P11 "Não"

P12 “No momento não há um projeto especificamente nesta área,mas o assunto é sempre tratado no cotidiano escolar”

P13 “Não.”

P14 “Não”.

Os professores foram unânimes em afirmar que não há projetos de Educação Ambiental implantados no colégio, pelo menos que eles têm conhecimento. Isso reafirma dois pontos importantes: ou no colégio efetivamente não há projetos sendo desenvolvidos dentro de uma perspectiva de Educação Ambiental (pelo menos, não um projeto organizado com metas, ações e pessoas designadas para a execução) ou esses professores desconhecem os projetos e ações existentes.

Contraopondo com o que foi dito anteriormente pelos professores, em uma conversa informal com a diretora e com a secretária escolar, foi trazida a informação de que o lixo produzido pelo colégio é devidamente selecionado em recipientes apropriados, cujo destino é a coleta seletiva realizada pela empresa municipal Comércio de Materiais Recicláveis (COMAR). Quanto ao papel utilizado(sobras de material xerocopiado) é reutilizado para rascunho, antes de ser recolhido para ser reciclado. Mas ao que parecem, os professores ignoram tal ação, por não estarem documentadas as ações, sob em forma de projeto.

Além dessas informações, vale ressaltar que o entrevistado P1 e P12 reafirmam que a Educação Ambiental é trabalhada no colégio em ações pontuais, nas salas de aula, em datas específicas. Já o entrevistado P4 esclarece que já foram executados bons projetos sobre Educação Ambiental, apesar de atualmente, não haver nenhum projeto em andamento com essa temática.

Cabe salientar a importância de uma pedagogia de projeto para a integração das várias áreas do conhecimento, Almeida afirma:

(...) que o projeto rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade. Isso não significa abandonar as disciplinas, mas integrá-las no desenvolvimento das investigações, aprofundando-as verticalmente em sua própria identidade, ao mesmo tempo, que estabelecem articulações não horizontais numa relação de reciprocidade entre elas, a qual tem como pano de fundo a unicidade do conhecimento em construção (ALMEIDA, 2000 p.58).

É pena que esses professores não trabalhem em equipe, perdendo uma grande oportunidade de oxigenar suas práticas educativas e tornarem suas ações

pedagógicas mais consistentes, tanto entre eles próprios, quanto entre os alunos. Pois Segundo Klein “o ensino em equipe é um poderoso mecanismo de preparação dos professores e uma forma importante de revitalização intelectual por meio do aprendizado em colaboração”(apud FAZENDA, 2002, p.126).

Dando prosseguimento à pesquisa, a quinta pergunta aferida aos professores foi-se os projetos são realizados em datas específicas ou suas ações são desenvolvidas no cotidiano escolar, ao longo do ano letivo. Esta questão foi respondida, pelos professores entrevistados,na questão anterior, tornando-a sem efeito, servindo apenas, para confrontar as respostas obtidas, conforme depoimentos a seguir:

P1 “Não foram desenvolvidos projetos, mas ações referentes à temática foram desenvolvidas no cotidiano escolar durante o ano letivo”.

P2 “Não tenho conhecimento”

P3 “Quando realizados, no cotidiano escolar, acompanha de data de culminância”.

P4 “ Quando realizados tem culminâncias”

P5 “São desenvolvidos no cotidiano escolar.”

P6 “Como não sei se existem os projetos não sei dizer sobre...”

P7 “Não”

P8 “Não”

P9 “não”

P10 “Este ano não houve a realização destes projetos sobre Educação Ambiental.”.

P11 “Este ano não houve Projeto de Educação Ambiente”

P12 “Ambos, há projetos nesse sentido e também trabalhados ao longo do cotidiano escolar.”.

P13 “Mesmo não desenvolvendo um projeto específico, os educadores desenvolvem trabalhos na sala de aula relacionados à Educação Ambiental.”

P14 “Os professores desenvolvem, no dia a dia, ações de educação ambiental”.

Como esperado, evidentemente, os professores negam a existência de projetos de EA na escola. Assim, as respostas apenas reafirmam o que fora dito anteriormente que não há projetos de Educação Ambiental em andamento nesta UEE e as atividades e conteúdos trabalhados sobre essa temática são desenvolvidos no cotidiano escolar, nas salas de aulas e/ou em datas pontais.

Outros professores salientam desconhecer a existência de quaisquer projetos, já o entrevistado P12, contrariando o que fora dito pelos colegas,informa que tanto há projetos de Educação Ambiental sendo executados no colégio, ao longo do ano letivo e que já fazem parte da rotina escolar e também há os que são executados em datas específicas. O intrigante é que esse professor havia dito, na questão

anterior, que nenhum Projeto de Educação Ambiental estava sendo executado no colégio, a informação é, portanto, controversa e incoerente.

A entrevista foi reveladora, no sentido que expõe a falta de coerência e a pouca importância dada às informações fornecidas por esses profissionais. Logo, pressupõe-se que ou não há unidade no trabalho pedagógico ou houve um descaso e falta de responsabilidade com as informações concedidas na entrevista.

Seja o que for, não invalida, nem desabona o teor dessa pesquisa e só legitima todas as críticas até aqui aferidas.

Pois Segundo Veiga:

Realizar uma pesquisa específica neste campo é, talvez uma das necessidades mais prementes para avançar no processo de avaliação da Educação Ambiental. Portanto, quando se realiza afirmações e considerações sobre a presença da Educação Ambiental nas escolas ou quando se menciona o acesso à Educação Ambiental, o significado é simples e restrito: acesso a Educação Ambiental (VEIGA, 2005 p. 2).

E dando continuidade à entrevista, a sexta indagação discorre acerca de como são socializados os projetos de Educação Ambiental. Mais uma vez, conforme respostas obtidas na quarta questão, a negativa foi uma constante, haja vista que, evidentemente, esta pergunta já foi invalidada por aquela. No entanto, segue transcrição da fala dos professores sobre a pergunta em questão.

P1 “Não houve Projetos sendo trabalhados este ano.”.

P2 “Desconheço esse projeto na escola!”

P3 “Não sei”

P4 “Não sei”

P5 “Os projetos de educação ambiental desenvolvidos nesta instituição são realizados por professores de Biologia e Geografia, as demais disciplinas não foram engajadas no projeto.”.

P6 “Não sei se existem tais projetos.”.

P7 “Não sei”

P8 “Os projetos que foram desenvolvidos em anos anteriores foram socializados por meio de divisão de tarefas entre as turmas houve a veiculação do projeto por meio de mídias como a TV Sudoeste, por exemplo”.

P9 “Quando ocorrem são socializados através de culminâncias”.

P10 “Quando ocorrem, são socializados através de culminância com apresentações das atividades que foram realizadas durante o processo.”¹

P11 “Quando acontecem esses projetos, há um dia para mostrar as atividades desenvolvidas para a comunidade escolar”.

P12 “Quando desenvolve esse tipo de projeto há culminância”.

P13 Quando se formaliza um projeto de tamanha importância como este é planejado e construído previamente na escola no formato de Pedagogia de projetos. Encontros para divulgação, articulação a comunidade escolar, estudo dos problemas e potencialidades ambientais locais. Captura de imagens, palestras.

Dentre os entrevistados, nove (9) professores reafirmam que não foi trabalhado nenhum projeto de educação ambiental, pelo menos que eles tenham conhecimento. Já o entrevistado identificado por P5 enfatiza que os projetos em EA desenvolvidos nesta UEE são sempre trabalhados pelos professores de Biologia e Geografia, sem a participação das demais disciplinas. O que esses professores não percebem é

(...) que o projeto [em Educação Ambiental] rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade. Isso desenvolvimento das investigações, aprofundando-as verticalmente em sua própria identidade, ao mesmo tempo, que estabelecem articulações não significa abandonar as disciplinas, mas integrá-las horizontais numa relação de reciprocidade entre elas, a qual tem como pano de fundo a unicidade do conhecimento em construção (ALMEIDA, 2002 p.58)

Assim, o que já foi dito anteriormente a respeito de que a questão ambiental ainda não é trabalhada de forma interdisciplinar foi confirmado, percebendo-se nas falas desses professores que não concebem a Educação Ambiental como uma responsabilidade de todos os educadores, em todas as áreas do conhecimento.

No entanto, é crucial que esses professores percebam que,

(...) a EA tem o importante papel de fomentar a percepção da necessária integração do ser humano com o meio ambiente. Uma relação harmoniosa, consciente do equilíbrio dinâmico da natureza, possibilitando, por meio de conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta (GUIMARÃES, 2000, p.15).

Paradoxalmente, as respostas anteriores dos informantes P8, P10 e P13 afirmam que os projetos sobre Educação Ambiental quando trabalhados neste Colégio são construídos, divulgados e executados pela comunidade escolar, tendo um dia de culminância, no qual são expostos os resultados das atividades desenvolvidas durante o projeto, para a comunidade local e divulgados pelos meios de comunicação local e regional.

O impressionante nas informações fornecidas pelos docentes é que muitas vezes elas são contraditórias e confusas, a exemplo da entrevistada P9, que informou não ter tido nenhum projeto que trabalhasse questões referentes à Educação Ambiental, embora tenha sido disponibilizado à entrevistadora o projeto intitulado por “A Química no Cotidiano” de autoria e execução professora que respondeu negativamente sobre se havia projetos e como eram socializados. Essa atitude dá margem a um questionamento: ou essa professora não consegue vincular as ações do projeto às questões ambientais ou no momento da entrevista, ela não deu a devida atenção à pergunta.

Esse tipo de postura aponta certo despreparo desse profissional, quanto ao desinteresse pela pesquisa científica, feita no âmbito dos ambientes escolares. Isso é muito preocupante, pois esse tipo de pesquisas é salutar para dar um parâmetro de como está a Educação no Brasil, a formação dos professores, e, principalmente, a despeito de como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada pelos nossos educadores, no âmbito das escolas.

Na sétima questão, os entrevistados foram inquiridos se há uma parceria entre a comunidade e a escola na realização de projetos relativos à educação ambiental e cidadania, conforme relatos abaixo:

P1 “Não”.

P2 “ Com relação à cidadania houve um projeto recentemente que buscou interação com a comunidade, envolvendo entidades como a Casa dos Velhinhos, o CAPS e a APAE, mas no que concerne à Educação Ambiental eu não tenho conhecimento.”

P3 “ Não”

P4 “Não”.

P5 “Não.”

P6 “Não”.

P7 “Não”

P8 “Não”

P9 “Desconheço”

P10 “Desconheço”

P11 “Não”

P12 “Sim”. Não só em Projetos relacionados à Educação Ambiental bem como outros projetos já realizados, a comunidade está sempre presente viabilizando para que os projetos sejam realizados.

P13 “Quando esses são realizados, sim.”.

Quase todos os docentes salientam que não há o envolvimento da comunidade para desenvolver projetos na escola, o que seria indispensável para o desenvolvimento efetivo de quaisquer ações educativas e o esclarecimento da população acerca dessa temática. Pois,

[...] a escola que se abre à participação dos cidadãos não educa apenas às crianças que estão na escola. A escola cria comunidade e ajuda a educar o cidadão que participa da escola, a escola passa a ser um agente institucional fundamental do processo da organização da sociedade civil (WEFFORT, 1995, p. 99).

O entrevistado P9 afirma desconhecer o fato de haver na escola algum projeto com parceria da comunidade, já os entrevistados P2, P12 e P13 contradizendo os outros revelam que já houve colaboração e parceria da comunidade em projetos desenvolvidos pela UEE.

Dando continuidade à análise, a entrevistada P2, acertadamente, menciona o projeto **Cidadania e Resgate de Valores** e salienta que a escola buscou uma parceria com a comunidade para a execução desse projeto, uma vez que todas as ações desenvolvidas foram em entidades locais que prestam serviços aos idosos, às pessoas com necessidades especiais e aos portadores de doenças mentais. A professora entrevistada P12 enfatiza a importância da participação da comunidade na realização de quaisquer projetos.

A participação da comunidade em projetos realizados dentro e fora da escola é de fundamental importância na formação dos educando, uma vez que:

O conceito mais importante, o elemento chave é o da participação, da comunidade interna e externa da escola. A participação na criação do conhecimento, a participação na determinação das necessidades essenciais da comunidade, a participação na busca de soluções e, sobretudo, a participação na transformação da realidade. Enfim, participação de todos aqueles que tomam parte no processo de desenvolvimento da educação (RODRIGUES, 1996, p.36).

O interessante, no entanto, foi obter da responsável pela execução do projeto: **Cidadania e Resgate de Valores** a negativa de que a comunidade não participa dos projetos desenvolvidos pela e na escola. É sabido que o referido projeto trabalha com valores e a educação ambiental é um valor que deve ser aprendido. No entanto, esse professor parece um perceber que a Educação Ambiental é valor que deve ser ensinado e aprendido por todos os cidadãos, em quaisquer faixas etárias, nível intelectual e social.

Ao dar uma resposta negando suas próprias ações educativas e da participação de um processo de transformação social da comunidade na qual está inserido, esse professor demonstra a superficialidade de suas propostas educativas,

fragmentação nos saberes vinculado pela disciplina que ministra, bem como pouca sensibilidade com relação aos sujeitos que foram os agentes proativos na execução do projeto.

Assim, percebe-se a total desarticulação entre teoria e prática, desinteresse pela instituição que representa como professor e um fazer pedagógico (sem significado para o professor) com ações que visam apenas dar uma nota ao aluno. Porém, esse projeto, certamente teve muito significado tanto para aqueles indivíduos das entidades onde ele foi desenvolvido, quanto para os discentes que foram os agentes executores dessa ação cidadã.

Foi abordado na oitava questão se **a educação ambiental é trabalhada de forma interdisciplinar** no referido colégio, dada à importância de ser aprofundado o conhecimento holístico dos alunos, mediando atividades intraclasse e orientando-os para as atividades realizadas extraclasse. As respostas a esta indagação foram relatadas a seguir:

P1 “Sim, no que se refere à área de Ciências Humanas (História e geográfica) e de Ciências da Natureza(Biologia) há uma interdisciplinaridade ao trabalhar com temas ambientais, faz-se necessário à interdisciplinaridade um conhecimento integral do aluno sobre o conteúdo estudado.”.

P2 “Na área de Humanas, à qual pertença, não participei de nenhum projeto interdisciplinar.”.

P3 “Sim. Já que nas diversas áreas a questão ambiental é debatida, os alunos produzem materiais”.

P4 “Não. Acredito que o trabalho interdisciplinar ainda é visto com muita dificuldade por parte da maioria dos professores. Muitos deles ainda acham que este tema não é específico de sua disciplina.”.

P5 “Não, ainda não foi realizado projeto de educação ambiental de forma interdisciplinar. Os trabalhos que foram desenvolvidos nesta escola foram direcionados a área de Biologia e Geografia.”.

P6 “Não sei.”

P7 “Não”.

P8 “A Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma interdisciplinar visto que abrange aspectos da Biologia, Geografia, Filosofia, Sociologia, Química, etc”

P9 “Não tenho conhecimento se são trabalhadas”

P10 “Desconheço”.

P11 “Não. Por não haver um projeto de Educação Ambiental”.

“Sim. É sempre a melhor forma para se alcançar maiores proporções.”

P12“Sim. Porque a articulação entre conhecimento das diferentes áreas é inerente ao trabalho por projetos e por isso abre espaço para que a interdisciplinaridade aconteça.”.

P3 “Não, acaba ficando somente para Biologia, pois nós professores ainda não conseguimos internalizar”.

Dentre as respostas dadas merece dar ênfase que nove professores informaram que a educação ambiental não é trabalhada de forma interdisciplinar no colégio, e, mais uma vez, salientam que a questão ambiental é incumbida às disciplinas Geografia e Biologia.

Outros relatam que desconhecem se a Educação Ambiental é tratada de forma interdisciplinar. Merece destaque as falas das entrevistadas P4 e P5 que apontam para a dificuldade que os professores têm para trabalhar de forma interdisciplinar e que por isso a maioria dos docentes acaba transferindo a responsabilidade de se trabalhar com a educação ambiental aos professores de Geografia e Biologia, embora saibam que é um tema transversal que deve ser tratado em todas as áreas do conhecimento.

Apenas cinco professores concordam sobre a importância da interdisciplinaridade, mas reafirmam que apenas as áreas de ciências humanas e da natureza (Biologia) conseguem fazer interdisciplinaridade com alguns conteúdos.

É de suma importância que os professores assumam a responsabilidade de um trabalho interdisciplinar e percebam que todas as disciplinas têm muito a contribuir, com a educação ambiental. Sobre isso Reigota diz que,

A Educação Ambiental não deve priorizar a transmissão de conceitos específicos da biologia ou da geografia.

(...)

Dessa forma, cada disciplina tem sua contribuição a dar nas atividades de educação ambiental, envolvendo os professores de biologia, português, educação artística, história entre outros. (REIGOTA, 2001, pág. 36).

Vale ressaltar a fala da entrevistada P13 enfatizando que trabalhar com projetos corrobora para que haja interdisciplinaridade e quão importante ela é para a articulação dos conhecimentos.

Dias salienta a importância do trabalho interdisciplinares em todas as áreas do conhecimento como forma de se construir um conhecimento mais significativo e articulado entre si, dentro de uma perspectiva integral e global.

O enfoque interdisciplinar preconiza a ação das diversas disciplinas em torno de temas específicos. Assim, torna-se imperativa a cooperação/ interação entre todas as disciplinas.

[...]

Antes, a EA ficava restrita à área de Ciências ou Biologia, o que foi um erro. Precisamos praticar a EA de modo que ela possa oferecer uma perspectiva global da realidade e não uma perspectiva científica e biológica apenas.

São importantes os aspectos sociais, históricos, geográficos, matemáticos, de línguas, da expressão corporal, da filosofia, etc. (DIAS, 2003 p.117).

Para além da integração das disciplinas a questão da interdisciplinaridade perpassa pela relação da escola com a comunidade. Nesse enfoque Mattos afirma que:

A realização conjunta das atividades em diferentes áreas de estudo ou disciplinas e do esforço coletivo do corpo dirigente, do corpo docente e corpo discentes associados à família e à comunidade resultará em um trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola (MATTOS,2006).

A na questão indagou acerca da capacitação dos docentes para trabalhar a educação ambiental e permitiu angariar informações que não surpreendem, haja vista que a educação é renegada a último plano pelas autoridades competentes das diversas esferas do poder executivo, principalmente, no que tange a essa temática. Assim, merecem destaque os depoimentos a seguir:

P1 "Não. Até o momento a secretária de educação não oportunizou para os professores de História quaisquer cursos ou seminários específicos para a Educação ambiental".

P2 "Infelizmente não, mas adoraria participar de algum curso com tal temática."

P3 "Não. Nunca me interessei".

P4 "Não. Porque depende da Secretaria de Educação oferecer cursos de capacitação para trabalhar melhor a Educação Ambiental."

P5 "Não, por falta de oportunidades".

P6 "Minha especialização me deu esta capacitação e também alguns cursos de curta duração, além de eventos no qual participo me dão a condição de trabalhar com a E. A".

P7 "Sim, na Universidade, mas às vezes não dá para trabalhar de forma específica sobre o tema."

P8 "De forma específica não. Durante a graduação tive a disciplina Educação Ambiental... não mais do que isso."

P9 "Não. Não houve convite".

P10 "Não."

P11 "Não"

P12 "Não"

P13 "Não. Porque passei a maior tempo trabalhando junto à equipe gestora desta Unidade Escolar da qual faço parte e anteriormente como professora de Inglês, não foi oferecida tal capacitação".

P14- Não.

Vale comentar as falas dos professores que informaram **não** terem sido capacitados para trabalhar com a EA, porém essa informação não causa estranhamento, uma vez que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia não tem disponibilizado cursos de aperfeiçoamento profissional, principalmente, sobre

educação ambiental. Alguns docentes falam que têm interesse, mas que nunca foi oportunizado cursos nessa área, embora a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu artigo 11, diz que “[...]Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”.

Dentre as respostas obtidas, merece repúdio a informação da entrevistada P03 que diz não ter se interessado por cursos de aperfeiçoamento sobre Educação Ambiental, em uma clara demonstração de descompromisso com sua qualificação profissional e descaso com sua prática pedagógica.

Contraopondo às posições dessa professora, Nóvoa ressalta que,

(...) é importante valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação de políticas educativas (NÓVOA, 1995, p. 15-34).

Somente as entrevistadas (P6, P7 e P8) admitem que tiveram na universidade alguma formação para trabalhar com a educação ambiental nas escolas, no entanto, as entrevistadas P6 e P8, ressaltam que essa formação não é suficiente e não se sentem bem formadas para trabalhar com a EA como deveriam. Segundo Weid (1977,p.84) “é preciso intervir em processos de capacitação que permitam ao professor embasar seu trabalho com conceitos sólidos, para que as ações não fiquem isoladas e/ou distantes dos princípios da Educação Ambiental”.

Já a entrevista P6 informou que além da graduação em Geografia que de certa forma habilita a trabalhar com EA, já fez curso de especialização na área de Gestão e Educação Ambiental e que sempre participa de eventos sobre a temática.

É espantosa a resposta obtida pela entrevistada P13 que tenta justificar a sua falta de informação e formação na área de Educação Ambiental ao fato dela fazer parte da equipe gestora da referida unidade de ensino, em uma demonstração equivocada de que apenas os professores devem se preocupar em trabalhar com EA nas suas salas de aulas ou em projetos pontuais, como se não fossem, também, dever dos dirigentes escolares incentivarem e executarem, no cotidiano de suas escolas, ações de educação ambiental.

Tal atitude é desprovida de senso de responsabilidade para com o meio ambiente e com a formação das nossas crianças e jovens. Eles serão os cidadãos que herdarão um meio ambiente em desequilíbrio, fruto de uma ação nefasta das atuais e das gerações passadas. Embora o futuro comece agora, será em um futuro próximo que esses jovens sentirão toda a responsabilidade e obrigatoriedade de garantir às futuras gerações um meio ambiente mais saudável e preservado, ou pelo menos, um planeta habitável.

Pois, conforme argumenta Santos “o diretor de escola, como líder da instituição escolar, tem um papel essencial na qualidade da educação oferecida pela escola. (SANTOS, 2002, p. 39).

É imprescindível que haja uma maior consciência de nossos educadores, em relação ao compromisso que têm em formar uma nova sociedade, na qual o novo cidadão se sinta efetivamente parte integral do meio ambiente e não o predador dele.

É legítimo que uma nova sociedade só se constrói, efetivamente, através de uma educação de qualidade, com professores e gestores bem preparados e dispostos a serem de fato mais do que professores, educadores.

O décimo questionamento buscou saber dos entrevistados de que forma deve ser trabalhada a educação ambiental, para que haja mudanças de atitudes dos alunos e eles possam ser multiplicadores de ações que visem promover a preservação ambiental, no contexto no qual eles estão inseridos. Vale ressaltar que as ações pontuais em datas comemorativas são importantes, entretanto, logo esquecidas se não houver uma preocupação diária em formar cidadãos mais ecologicamente comprometidos com espírito de coletividade. Assim, merecem destaque os comentários a seguir:

P1 “Deve ser trabalhada internamente de forma teórica a partir do conhecimento dos problemas ambientais locais e desenvolvendo parcerias com instituições e empresas para que os alunos interajam em projetos e ações que são praticados por empresas que tratam da questão ambiental.”

P2 “Através de Projetos, pesquisa de Campo, verificando atitudes do dia a dia que precisam ser mudadas, como também para disseminar as que devem ser copiadas”.

P3 “Implantando ações contínuas de conscientização dos mesmos da responsabilidade de cada um como agente do desenvolvimento sustentável.”.

P4 “Os PCNs orientam e afirmam ser a interdisciplinaridade a melhor forma de trabalhá-la verdadeiramente nas escolas. Vários trabalhos poderão ser realizados como: Feira de Ciências, Projetos para datas especiais; ex: dia da Ecologia, Semana do Meio Ambiente, Dia das árvores, Dia Mundial da

Água etc. Sempre priorizando trabalhar situações que possibilitem a todos pensar em propostas de intervenção na realidade que nos cerca”.

P5“ A partir do momento em que a escola, comunidade, políticas públicas abracem a causa da educação ambiental em prol da conscientização dos alunos e população de modo geral em busca da importância da preservação do meio ambiente para o bem estar das gerações futuras”.

P6“ A Educação ambiental deve ser trabalhada de forma interdisciplinar inserida em todos os eixos do conhecimento escolar, dando aos estudantes condições e oportunidades de estarem em contato constante com temas ligados ao meio ambiente sensibilizando-os de tal maneira que se tornem multiplicadores desta ideia.”.

P7“ É um trabalho muito longo, pois para que haja mudança de atitude é necessário uma parceria entre escola, família e autoridades”.

P8“ Deve ser trabalhada de forma prática. Devem ser alertados sobre as consequências da não preservação e com base nisso devem ser levados a fazerem ações práticas, por meio de projetos, a fim de que essas práticas tornem-se costumes.”.

P9“ Tem que ser trabalhada de forma contínua e interdisciplinar com palestras – trabalho de pesquisas e de campo, com incentivo a ações ecologicamente corretas.”

P10“ Realização de atividades que demonstrem quais são os direitos e deveres do indivíduo para com o meio ambiente. Desenvolver projetos para a conscientização dos alunos sobre as questões ambientais. E levar essas informações à população.”

P11“ Através de reflexões levando o aluno a perceber que a Educação Ambiental é um processo participativo, e que nós somos peças fundamentais na execução do mesmo, que somos formadores de atitudes através de uma conduta ética condizente ao exercício da Cidadania.”

P12“ Projetos seriam os principais meios para a interação entre alunos e a sociedade em que vivem.”.

P13“ Capacitar professores. Dar continuidade aos projetos de Meio Ambiente nas escolas como estratégia de inclusão de ações educativas que promovam reflexões sobre questões socioambientais e atitudes para que haja mais respeito ao nosso planeta”.

P14“ Deve ser trabalhada em todas as áreas do conhecimento e durante todo o ano letivo”.

Das respostas acima, o entrevistado P1 destaca a importância de conhecer os problemas ambientais locais para se buscar possíveis soluções, desenvolvendo parcerias com empresas e entidades locais, juntando forças para executar ações e projetos em comuns, a fim de trazer a comunidade para dentro da escola e vice-versa. Autores como Pelicioni e Philippi Jr. (2005), salientam que “não existe Educação Ambiental se ela não se efetivar na prática, na vida, a partir das necessidades sentidas”.

O entrevistado P2 destaca a importância de trabalhar com a pedagogia de projetos e com pesquisas de campo que possibilitem conhecer as atitudes do dia a dia da população. Além de essas pesquisas contribuírem para o conhecimento dos hábitos da comunidade, pode colaborar para que ações educativas sejam pensadas

e executadas, visando um maior acesso da população às informações e conhecimentos, podendo contribuir para a mudança de posturas.

Essa visão é muito pertinente, no sentido que visa enfatizar o valor incomensurável das parcerias entre as escolas e a comunidade local para o desenvolvimento de quaisquer projetos e ações. Além do mais, essas parcerias contribuem para que os alunos recebam uma educação que favoreça o despertar da consciência cidadã e o entendimento das necessidades socioambientais da sociedade, ante a um mundo em constantes transformações.

Cabe salientar, entretanto, que ninguém dá consciência a alguém, mas, obviamente, boas escolas, com bons professores e excelentes projetos, formam cidadãos com consciência ambiental.

Os entrevistados P4, P6, P9 e P14 destacaram que é imprescindível que a educação ambiental seja trabalhada de forma interdisciplinar para fomentar a mudança de atitude dos nossos alunos e transformá-los em multiplicadores de ações educativas, comprometidos com as mudanças necessárias à construção de uma sociedade que se preocupe com as questões sócio ambientais. E, ressaltam que, os PCNs argumentam ser a interdisciplinaridade a forma mais eficiente nessas ações, e em qualquer área do conhecimento, inclusive, na educação ambiental.

Por conseguinte, a interdisciplinaridade deve ser uma constante e não apenas ações pontuais para que efetivamente, sejam formados cidadãos cômicos das suas responsabilidades e possam intervir e modificar a realidade na qual estão inseridos.

Já os entrevistados P5 e P7 apontam que é de suma importância que as políticas públicas estejam voltadas para as questões ambientais, assim como validam a importância de agregar a família e a comunidade local junto às ações educativas promovidas pela escola, mas enfatizam que tudo isso é um processo demorado, uma vez que é necessário que haja efetivamente uma parceria entre escola, família e comunidade, além de vontade política para que as medidas cabíveis sejam tomadas e os investimentos em educação sejam efetivados.

Das falas dos entrevistados P8, P10, P11 e P13, observa-se a concordância de que a educação é o único meio de formar cidadãos ecologicamente educados, preocupados com a preservação do meio ambiente e com o manejo dos recursos naturais. Só assim, ter-se-á uma qualidade de vida não só para as atuais, mas principalmente se preservará para as futuras gerações. Além disso, eles reafirmam

ser a pedagogia de projetos uma das formas mais eficazes de se trabalhar em educação, também adverte para o quão salutar é o investimento na formação dos professores para que se possa construir uma nova sociedade, na qual a cultura de vida dê lugar a cultura de morte.

Todas as respostas acima deixam bem claro que os professores sabem exatamente o que deve ser feito, embora com alguns equívocos, mas que de fato a teoria está muito longe da prática, paradoxalmente, as respostas dadas às questões anteriores, os professores revelam certo conhecimento a despeito do que fazer em sala de aula para se trabalhar com a Educação Ambiental.

Contudo, ainda persiste nas falas de alguns professores a percepção de que a EA só deve ser trabalhada em datas específicas, o que é um pseudo percepção de se trabalhar com a pedagogia de projetos.

A décima primeira questão investiga se o entrevistado desenvolve no dia-a-dia, ações ecologicamente corretas. As respostas foram transcritas a seguir.

P1“Sim. Pois busco nas ações do dia a dia desenvolver atitudes que minimizem gastos de recursos naturais, bem como o descarte ecologicamente correto dos resíduos sólidos.”

P2“ Devo admitir que não ecologicamente correta, uso muitas sacolas plásticas, mas procuro reaproveitá-las para por lixo, não jogo lixo nas ruas, mas por outro lado, não tenho o hábito de separar o lixo para reciclagem.”

P3 “Sim. Uso combustível renovável,reciclo parte do lixo domestico.”

P4“Sim. Procuro economizar energia, água e seleciono o lixo. Procuro sempre em minhas aulas, falar sobre a substituição de sacolas plásticas urgente em nossa cidade.”

P5“Não, ainda não sou preparada para agir corretamente”.

P6“Ao longo do dia procuro executar pequenas ações comuns que fazem diferença inclusive em proporções maiores, como economizar água, energia, reaproveitar alguns materiais, etc.”.

P7 “Sim, não jogo lixo nas ruas, me preocupo com o uso de sacolas plásticas, etc.”.

P8“Na medida do possível sim. Procuro economizar água, energia (reutilizo água da lavagem de roupa para lavar quintal e desligo aparelhos e lâmpadas sempre que não estão em uso).Procuro evitar o consumo de sacolas plásticas e faço o descarte de lixo separando plástico, papel e compostos orgânicos separados”.

P9 “Sim. Coleta seletiva dos recicláveis”.

P10“Procuro desenvolver essas ações da melhor maneira para não prejudicar o meio ambiente. Por exemplo: não jogar lixo em locais inadequados e sempre procurando separar o lixo orgânico dos recicláveis, etc.”.

P11“Sim. Evito jogar lixo nas ruas, mantenho o ambiente limpo, separo o lixo e outros”.

P12“Raramente.”

P3“Sim. Preservando o meio ambiente através de atitudes.”.

P4“Creio que sim, pois procuro economizar água, energia, não jogar lixo nas ruas e fazer a separação do mesmo para a coleta.”

Das respostas obtidas foi quase que unânime a preocupação dos entrevistados com o descarte de materiais, a coleta seletiva do lixo, a reutilização de materiais, a economia de energia e água bem como o descarte das sacolas plásticas. Enfim, os entrevistados demonstram que no dia a dia se preocupam com o meio ambiente e desenvolvem no seu cotidiano ações, ainda que insuficiente, que visam minimizar parte dos impactos ambientais que a sociedade impõe ao meio ambiente, pelo consumismo exagerado e a falta de consciência ecológica.

Embora demonstrem uma postura nada recomendável, as entrevistadas P2, P5 e P12 admitem que raramente, no seu dia a dia, desenvolvem ações ecologicamente corretas. Tais declarações parecem politicamente incorretas, porém foram as únicas que reconheceram o que é fato: a maioria das pessoas ainda não se preocupa em fazer no seu cotidiano, o melhor para o meio ambiente, apesar de tanto se falar em atitudes ecologicamente corretas e de com todos nós somos responsáveis pela vida do planeta.

É impossível ensinar o que não se pratica, o discurso torna-se vazio e infrutífero, portanto, esse tipo de postura é inadmissível para um educador. Logo, é imprescindível que nossos profissionais de educação, vivenciem no seu cotidiano atitudes que postulem “uma Educação Ambiental Transformadora – capaz de possibilitar a mudança de atitudes para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis” (PEDRINI, 2007, p.37)

Dando continuidade à pesquisa, o décimo segundo questionamento feito aos professores partiu da indagação se a ação pedagógica que desenvolvem é pautada nos PCNs e nas leis ambientais. Os entrevistados deram as seguintes respostas:

P1 “Sim. Embora não tendo formação específica, procuro pautar minha prática nas legislações em vigor, para planejar e executar as ações pedagógicas.”

P2 “No que concerne à cidadania sim, mas à educação Ambiental não.”

P3 “Não.”

P4 “Nos PCNs estão inseridos temas transversais que muito tem ajudado a completar alguns conteúdos. Mas, o trabalho é muito isolado e, na verdade necessita ser mais bem planejado e melhor executados em sala de aula. Até o momento nunca trabalhei com as leis ambientais.”

P5 “Os meus poucos conhecimentos são pautados no PCNs, mas não desenvolvi nenhum trabalho voltado para o meio ambiente ou educação ambiental.”

P6 “Sempre procuro utilizar durante as aulas de geografia planejamentos e ações que estão de acordo com os PCNs e especificamente nas que se refere à Educação Ambiental, também indico as leis ambientais como referência para práticas sustentáveis e fundamentais para as mudanças e sensibilizações relacionadas à Educação ambiental, dentro e fora da escola.

P7 “Às vezes”

P8 “Sim. Os conteúdos abordados em aula sobre o tema são respaldados pelos PCNs e leis ambientais”.

P9 “Não”

P10 “Ainda não trabalhei com essas temáticas”

P11 “Não”.

P12 “Sim, especialmente na legislação.”.

P13 “Mediante o que está acontecendo ao Meio Ambiente, todo trabalho de conscientização e sensibilização deve ser pautado de acordo com as leis ambientais e também aos PCNs”.

P14 “Acredito que sim.”.

Os entrevistados P1, P6, P8, P12, P13, P14 relatam que de alguma forma fundamentam suas práticas pedagógicas nos PCNs e procuram conhecer as leis ambientais em vigor. Ao que parece esses profissionais têm a consciência de que é fundamental conhecer as leis ambientais para poder trabalhar com as questões inerentes a Educação Ambiental, com embasamento legal. Afinal, num planeta onde os recursos naturais e todas as formas de vidas correm um risco eminente de extinção é dever de todos os educadores conhecerem as leis que protegem o meio ambiente e os seres vivos e mais que isso, é preciso levar essas leis ao conhecimento dos alunos, porque só através de uma sociedade instruída é que se pode pensar em uma transformação social, cultural e ambiental.

Dentro dessa perspectiva de busca contínua de formação e informação, em que educador e educando são parceiros e autores sociais de sua formação, cabe enfatizar que,

Avançarmos na direção da escola formadora implica contarmos com alguns recursos didáticos adequados e montarmos situações de participação social orientadas pela escola em que alunos e professores possam junto exercer e desenvolver a sua cidadania através do trabalho escolar (PENTEADO, 2007, p. 65).

Todavia, o entrevistado P04 admite que os trabalhos com a educação Ambiental ainda é feita de forma muito isolada e não é uma constante na sua prática educativa. Esse relato é desolador, uma vez que a todo o momento, coloca-se em voga, a importância incomensurável da escola, na formação de uma sociedade ecologicamente sustentável.

É de fundamental importância que todos os professores assumam a responsabilidade que têm na formação da consciência ambiental dos nossos educandos. E função dos professores “promover, através da escola, a compreensão

sociopolítica das questões ambientais e a formação da consciência ambiental são as metas com as quais pretendemos colaborar” (PENTEADO, 2007, p.18).

Em um relato pouco consistente, o entrevistado P2 menciona já ter trabalhado com o tema Cidadania, mas que com Educação Ambiental ainda não. A resposta dada por esse professor é no mínimo intrigante, pois evidencia que esse educador não consegue discernir que um tema está intrinsecamente ligado ao outro. Não dá para se falar em Meio Ambiente sem falar em Cidadania e vice versa.

Logo, se percebe que esse professor não consegue discernir que,

a realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação entre saberes e práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias fazerem à reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes. (PEDRINI, 2007, p.13-14)

Assim sendo, é notável o real despreparo dos profissionais da educação que estão atuando em nossas escolas e que deveria ter o interesse de melhor se prepararem para o exercício de sua profissão, uma vez que eles são responsáveis por uma formação integral dos educandos. Porém, na maioria dos casos, esses professores não têm acesso a cursos de formação continuada, embora a lei Federal lei 9.795/99 preconiza essa formação, principalmente, os Artigos 8º parágrafo 2º; artigo 10º; artigo 11º parágrafo único; trazem os elementos norteadores que legitimam a formação contínua do professor em educação ambiental.

O artigo 8º parágrafo 2º da lei afirma:

Art. 8. A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para: I – a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidade de ensino; II – a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidade do ensino formal.

Art.11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Apesar do que preconiza a lei, essa é uma das faces de uma mesma moeda, de um lado professores mal preparados, que não recebem uma boa qualificação profissional, têm baixos salários e o que é mais alarmante que ao longo da sua

profissão não têm acesso a cursos de qualificação profissional nessa área. Por outro lado, um governo que não investe em uma educação de qualidade, não oferece aos educadores condições dignas de trabalho e qualificação profissional. Conseqüentemente, tudo isso resulta em um círculo vicioso, de transferências de responsabilidades e o educando é o maior prejudicado, pois a educação nesse país não é prioridade, sempre foi renegada a terceiro plano.

Os demais entrevistados confessaram que seus planejamentos e ações pedagógicas não estão fundamentados nas leis ambientais e nem nos PCNs, em uma clara demonstração que não têm conhecimento nem de um nem de outro.

Sendo assim, fica evidente que esses professores não conseguem vincularas questões ambientais aos conteúdos das disciplinas que ministram, confirmando,efetivamente,que trabalham com um currículo estanque, não conseguindo trabalhar de forma interdisciplinar. Assim,

A organização curricular das disciplinas as coloca como realidades estanques, seminterconexão alguma, dificultando para o aluno a compreensão do conhecimento integrado, a construção de uma cosmovisão abrangente que lhes permita uma percepção totalizante da realidade (GALLO, 2003, p. 70 -71).

Infelizmente, esse panorama desolador não é exclusivo dessa Instituição de Ensino, mas de muitas outras por todo o país. Esses profissionais não têm a sua *Práxis* educativa pautada pelos PCNs e pelas leis ambientais, não só porque as ignoram, mas porque não têm formação específica para trabalhar com AE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, toda a sociedade tem um grande desafio que é refletir acerca de quais condições ambientais do planeta quer deixar para as futuras gerações. No Brasil e no resto do mundo, o crescimento econômico está a todo vapor, mas tem-se pela frente a necessidade de expandir a economia de forma sustentável, sem destruir o meio ambiente.

Durante muito tempo foi retirado da natureza todos os recursos naturais sem avaliar os impactos ambientais que seriam causados em curto, médio e em longo prazo. O resultado é o assombroso desequilíbrio ecológico observado no planeta, sendo que alguns problemas ambientais são irreversíveis comprometendo a vida de muitas espécies e a recuperação da qualidade de vida dos seres humanos.

Portanto, é hora de todos pensarem em uma educação voltada para as questões ambientais, pois se houver investimento na educação para que os jovens e as crianças de hoje sejam os cidadãos conscientes do seu papel socioambiental amanhã, talvez ainda haja tempo de salvar o nosso planeta.

Mudar a forma de encarar o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico implica em se preocupar com a preservação de todas as vidas no planeta, inclusive, com a preservação da própria espécie. Todavia há um longo caminho pela frente, pois a educação ambiental ainda não é trabalhada nas escolas da forma que deveria. Existe uma grande lacuna entre a teoria e a prática.

Muitos professores sabem da necessidade de se formar os educandos para que sejam disseminadores de novas ideias e ideologias que repensem as relações da sociedade com o meio ambiente. No entanto, parece que muitos desses profissionais não se empenham nessa função e fazem vista grossa para um problema que é de todos, muito embora a escola tenha o compromisso de educar as futuras gerações para que eles possam construir um mundo harmonioso e sócio ambientalmente equilibrado.

A pesquisa foi muito importante para conhecer mais a respeito da *práxis* educacional, o nível de conscientização dos educadores sobre a questão ambiental, bem como sobre a distância que há entre discurso e prática. Foi também muito surpreendente constatar que muitos professores, apesar de terem nível superior,

parecem estar pouco a vontade para trabalhar com educação ambiental, e alguns ainda acham que a temática deveria ser abordada por disciplinas como Geografia e Biologia. Outros ainda são a favor de que a Educação ambiental seja uma nova disciplina do currículo, o que demonstra desinformação sobre a transversalidade do tema, abordado nos PCNs. Tal constatação sugere total despreparo dos mesmos para o trabalho com o tema da EA e até evidencia certa falta de boa vontade para o trabalho com enfoque em educação ambiental.

Além disso, a pesquisa também mostra a falta de coesão entre os professores e mais uma vez fica evidente que a interdisciplinaridade permanece apenas no discurso desses profissionais, porque na prática, eles não articulam essas ações em conjunto. Cada um parece estar preocupado apenas em ministrar os conteúdos específicos de suas disciplinas, completamente fragmentados e desarticulados entre si.

Comprova-se também que não há investimentos em cursos de qualificação na área de educação ambiental, pelo menos é o que relatam os professores. A falta de preparo dos docentes, a falta de investimento do governo na formação desses profissionais e o descaso de alguns educadores com a temática, corroboram para uma educação pública ineficaz e que compromete a formação de uma geração inteira.

Outro aspecto relevante a mencionar é que o trabalho com a pedagogia de projetos, efetivamente, não é uma constante na metodologia de ensino do colégio. Quando um professor aplica um projeto, normalmente é trabalhado isoladamente, sem articulação com as demais áreas do conhecimento e sem o envolvimento dos demais professores da escola, em uma demonstração de falta de unidade do trabalho. Isso seguramente implica em um trabalho pouco produtivo, não colaborando para o fortalecimento das ações pedagógicas.

A pesquisa permite concluir que a educação ambiental nesta escola é trabalhada em projetos pontuais, normalmente executado pelas disciplinas geografia e Biologia em que a temática faz parte do conteúdo específico das mesmas. Assim, há a necessidade urgente de que a equipe gestora e pedagógica do colégio redimensionem suas ações educativas para que a educação ambiental possa fazer parte dos planejamentos de ensino dos nossos educadores, e nossos educandos

possam ter uma formação de qualidade voltada para formação integral deles, com uma visão de desenvolvimento econômico e social voltada para a sustentabilidade.

É salutar mencionar que em junho realizou-se no Brasil a Rio +20 Conferência Mundial para discutir as ações para o desenvolvimento mundial para os próximos vinte anos. Esperava-se que além de se discutir o desenvolvimento com sustentabilidade, também se discutisse as questões sócio educacionais, principalmente, dos países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos, para que de fato, os objetivos traçados nessa Conferência, fossem atingidos.

Vale ressaltar que a mudança de postura de uma sociedade perpassa pela conscientização individual e coletiva. E isso só ocorre através da educação e requer investimentos em programas educacionais e sociais para solucionar a nefasta desigualdade de renda e por em prática uma política educacional eficaz. Nessa perspectiva, Leonardo Boff dá um enfoque ao que diz a Carta da Terra:

Estamos num momento crítico na história da humanidade, o momento que a humanidade deve decidir o seu futuro, deve escolher o seu futuro, e a escolha é essa: ou formar uma aliança de cuidado do planeta, de cuidarmos uns dos outros e da vida, ou arriscar a nossa extinção e devastação da diversidade da vida (BOFF, 1995)

Infelizmente, mais uma vez adiamos decisões cruciais para a preservação da vida no planeta e as deliberações mais importantes e emergenciais não foram tomadas. A Rio+20, efetivamente, não correspondeu às expectativas de toda a Comunidade Mundial e foi mais uma prova contundente de que as grandes potências não estão dispostas a pagar o preço por décadas de degradação ambiental e de uma ambição desmedida.

É ainda mais assombroso detectar tal ação, quando se tem sobre esta geração a expectativa de que ela tem um papel intransferível na reabilitação do Planeta e na construção de uma nova sociedade, condição indispensável para a preservação da vida para as futuras gerações.

O momento é agora, não dá para ficar adiando decisões, ou se muda a forma de se relacionar com o meio ambiente ou se pagará um preço muito alto, em um futuro muito próximo.

Nesse sentido, a escola e o local ideal para problematizar as questões ambientais, fomentar as reflexões e legitimar os discursos. Pois segundo Saviane “ toda prática educativa contém inevitavelmente uma prática política. Pode-se dizer

que, educar significa estabelecer uma posição política, construída socialmente e em permanente transformação”(SAVIANI,1999,p.98)

Portanto, espera-se pelo menos que o meio educacional cumpra o seu papel politizador de fomentar as discussões acerca das problemáticas ambientais e que busque soluções sustentáveis para os problemas locais, assim, partindo da reflexão para a ação, chegar-se-á ao que se almeja: qualidade de vida para todos, em um planeta sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E.B. de. **Como se trabalha com projetos** (Entrevista). Revista TV ESCOLA. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, nº 22, março/abril, 2002.

ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite (Orgs). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

AMÂNCIO, Cristhiane. **O Porquê da Educação Ambiental?** Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM083.pdf>. Acesso em 5 set.2011

ANDRADE, S.A.D. **Considerações Gerais sobre a problemática ambiental**. IN: MMA – Ministério do Meio Ambiente. LEITE, A.L.T; MININNI – MEDINA, N. (coord.) Educação Ambiental: curso básico à distância. 2ª ed. Ampliada. Brasília: MMA, 2001.

BARCELOS, Valdo. **Infância, Imaginação e Ecologia: que lugar ocupam na formação de professores e professoras?** II Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental. Itajaí, SC: 2003.

BOFF, Leonardo – **A Carta da TerraAgenda 21/ Fórum Social Mundial 2005**. Acesso <http://www.apoema.com.br/boff2.htm>. Em 20/11/2015.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2004.

BRANCO, Sandra. **Educação ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial, Imprensa nacional: Brasília, 1999. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em 15/05/2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio ambiente e saúde**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Temas Transversais.** Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEFE, 1998.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I. **Sustentabilidade: uma ideia em disputa.** Rio de Janeiro, RJ: IBASE: 1994.

CASCINO, Fabio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores.** São Paulo: Ed. SENAC/SP, 1999.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e Educação. A linguagem em movimento.** São Paulo: Editora SENAC, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 2000.

GALLO, Silvio. Deleuze &. **A Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRACIANI, J.S. **Ações e estratégias para a atuação na gestão participativa sócio-ambiental.** Educação Continuada à distância – NOAL. C – 2003.

GUIMARÃES, M.. **Educação ambiental: no consenso um embate?.** Campinas: Papyrus, 2000.

KLEIN, Julie Thompson. **Ensino interdisciplinar: didática e teoria.** Tradução de Inara Luiza Matim. In: FAZENDA, Ivani C. A. (Org.) **Didática e interdisciplinaridade.** 7. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

LAGO, Antônio Pádua. **O que é ecologia?** São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 7

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências Pedagógicas na prática. IN: Democratização da escola pública e pedagogia.** São Paulo: Ed. SENAC/SP, 1999.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios / Celso Marcatto** - Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MATTOS Suzi. **A Educação Ambiental na escola: Teoria X Prática sob o ponto de vista interdisciplinar.** II Fórum Ambiental da Alta Paulista 25 28 de outubro de 2006. wwamigosdanatureza.org.br acesso em 20 maio de 2014.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MENDES, Armando Dias; ALBORNOZ, Mário. Relatório geral. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO, 3, 1993, Salvador. **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Ibero-América**. Salvador: [S.n.], 1993.p.35-56.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NÓVOA, A. **Professor se forma na escola**. Portugal: Publicações Dom Quixote Ltda., 1995.

_____. **Os professores e a sua formação**. Portugal: Publicações Dom Quixote Ltda., 1995.

PEDRINI, A.G. (org.) **Metodologias em Educação Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PEDRINI, A. **Educação ambiental reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, ambiental:2007.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI Jr., Arlindo. **Educação ambiental e sustentabilidade**. (Col. Ambiental), 2005.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007. V. 38 (coleção Questões da Nossa Época).

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. DP & A. RJ, 1996.

SANTOS, Clóvis Roberto dos – **O Gestor Educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning; 2002.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SEARA FILHO, G. **Apontamentos de introdução à educação ambiental**. Revista Ambiental, Ano 1, v. 1, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, A.; AMORIM, E. & BLANCO, M. **Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento, plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo: elementos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1995.

WEFFORT, F. **Escola, participação e representação formal**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEID, N. von Der. **A formação de professores em educação ambiental à luz da agenda 21**. In: S. M. Pádua e M. F. Tabanez (orgs.), Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Brasília, IPÊ, 1997.

APÊNDICE 1

Entrevistado P1 - Professor Bacharel em Ciências Contábeis e Graduado em História (leciona História e Contabilidade Geral)

Entrevistada P2 - Professora licenciada em História (leciona História e Sociologia)

Entrevistada P3 Professora licenciada em História (leciona Filosofia)

Entrevistada nº 4 Professora licenciada em História (leciona Plano de desenvolvimento Social)

Entrevistada P5 Professora licenciada em História (leciona História)

Entrevistada P6 Professora licenciada em Geografia e Pós-graduada em Educação e Gestão Ambiental (leciona geografia)

Entrevistada P7 Professora licenciada em Biologia (leciona Biologia)

Entrevistada P8 Professora licenciada em Biologia (leciona Biologia)

Entrevistada P9 Professora licenciada em Pedagogia (ministra aulas de Química)

Entrevistada P10 Professora graduanda em Letras (ministra aulas de Ling.Port)

Entrevistada P11 Professora graduanda em Letras (ministra aulas de Ling.Port)

Entrevistada P12 Professora Licenciada em Letras (ministra aulas de Port/Emprend/Ingl)

Entrevistada P13 Professora Licenciada em Letras -Vice Diretora da Escola (ministra aulas de Inglês)

Entrevistada P14 Professora licenciada em Letras e Matemática (ministra aulas de Matemática)

Apêndice 2:

COLÉGIO COLÈGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

PROFESSOR: _____

Nível de formação: _____

Qualificação profissional: _____

Disciplina e série do ensino Médio que leciona: _____

Tempo que leciona a disciplina: _____

FICHA DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1- A Educação Ambiental está intrinsecamente ligada à construção da cidadania do aluno? Justifique.
- 2- As ações de Educação Ambiental e cidadania são contempladas no PPP (Projeto Político Pedagógico) e no PDE (Plano de Desenvolvimento Escolar)?
- 3- A escola tem trabalhado a Educação Ambiental? Por quê?
- 4- Existem projetos de Educação Ambiental sendo desenvolvidos na escola, atualmente? Quais?
- 5- Esses projetos são realizados em datas específicas ou suas ações são desenvolvidas no cotidiano escolar?
- 6- Como são socializados os Projetos de Educação Ambiental?
- 7- Há uma parceria entre a comunidade e a escola na realização de projetos relativos à Educação Ambiental e cidadania?
- 8- A Educação Ambiental é trabalhada de forma interdisciplinar? Por quê?
- 9- Você já foi capacitado para trabalhar a Educação Ambiental? Por quê?
- 10- De que forma deve ser trabalhada a Educação Ambiental, para que haja mudanças de atitudes dos alunos e eles passem a ser multiplicadores de ações, que visem promover a preservação ambiental, no contexto no qual eles estão inseridos?
- 11- Você desenvolve, no dia-a-dia, ações ecologicamente corretas? Justifique.
- 12- A sua ação pedagógica, no que tange a Educação Ambiental e Cidadania, é pautada nos PCNs e nas leis ambientais?